

**DIPLOMA E MEDALHA DE MÉRITO E VALOR
POLICIAL DA PSP – GRAU OURO**

Comandante Ferreira do Amaral
Fundador do Montepio

RECRUTAMENTO.PSP.PT



OFICIAIS DE POLÍCIA

MESTRADO EM
SEGURANÇA PÚBLICA



INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA

POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA

Ficha Técnica

Propriedade

Montepio da PSP de Lisboa

Diretor

Álvaro Marçal

Coordenação técnica

Tânia Vilhena

Cristina Lopes

Responsável editorial

José Carlos Lages

Conselho editorial da Revista do Montepio

Álvaro Marçal

Tânia Vilhena

Cristina Lopes

José Carlos Lages

Autores de artigos (convidados especiais)

Superintendente-Chefe Luís Carrilho (Diretor Nacional)

Superintendente-Chefe Luís Elias (Comandante do COMETLIS)

Superintendente Pedro Sousa (2.º Comandante do COMETLIS)

Superintendente-Chefe Luís Farinha (Diretor do ISCPSI)

Participaram ainda neste número

Álvaro Marçal (Presidente da Direção)

Tiago Gonçalves (Vogal da Direção)

Andreia Cruz (Assistente Social)

Wilson Luís (Engenheiro Civil)

Hermínio Costa (Secretário da Direção 2023-24)

José Carlos Lages (Jornalista)

Elson Sereno (Tesoureiro)

Martinho Massa (Vice-Presidente da Assembleia-Geral)

Iúri Rodrigues (Vogal do Conselho Fiscal)

Tânia Vilhena (Coordenadora do CADI-EM)

Cristina Lopes (CADI-EM)

Inês Menicha (Secretária da Assembleia-Geral)

Ana Gomes Oliveira

Apoio Técnico

Paula Lima

Revisão

Alice Almeida e CADI-EM

Design da Capa

Beatriz Curto Silva

Fotografias

CADI-EM e Comandos Distritais da PSP de Aveiro e Bragança

Paginação, pré-impressão, impressão e acabamento

Gráfica Universal

Tiragem

1000 exemplares

Depósito Legal

DL 555483/25

Isenta de registo na ERC, ao abrigo do art.º 12.º n.º 1, alínea a), do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho.

Os conteúdos dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus autores.

Índice

Medalha de Mérito – Destaque	04
Tomada de posse dos corpos gerentes	06
Presidente da Direção – Editorial	07
Relatório e Contas – 2024	08
Diretor Nacional da PSP – Testemunho	09
Comandante do COMETLIS – Testemunho	10
2.º Comandante do COMETLIS – Testemunho	12
Diretor do ISCPSI – Testemunho	13
Vogal da Direção – Ação Social	14
Assistente Social – Ação Social	17
Engenheiro Civil – Reabilitação Urbana	20
Secretário da Direção – Reabilitação Urbana	21
Projeto Rua António Pedro – Reabilitação Urbana	22
Pedro Clemente – Entrevista	23
Tesoureiro da Direção – Gestão	27
Vogal do Conselho Fiscal – Gestão	28
Vice-Presidente da AG – Testemunho	30
Filho de um Polícia – Testemunho	31
Celebrar o Primeiro Centenário	32
Aniversário dos 100 anos – Associado	35
Inauguração do Auditório	36
CADI-EM – Passado, Presente e Futuro	38
CADI-EM – Biblioteca	39
I e II Encontros de Polícias Escritores	40
Itinerância das Exposições	42
Exposição de Pintura – Testemunho	44
Breves	45

Medalha de Mérito e Valor Policial da PSP

No dia 20 de novembro de 2024, na Sessão Solene do 157.º aniversário do Comando Metropolitano de Lisboa, realizada na Parada Comandante Ferreira do Amaral, em Lisboa, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública Superintendente Luís Miguel Ribeiro Carrilho, por proposta do Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, Superintendente Luís Manuel André Elias, atribuiu ao Montepio – o Diploma – Medalha de Mérito e Valor Policial da Polícia de Segurança Pública de Grau Ouro.

Esta distinção, atribuída ao Montepio da PSP de Lisboa, pelo Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, num dos momentos mais nobres e solenes

do nosso Comando Metropolitano de Lisboa, é para todos nós motivo de assinalável orgulho e satisfação, traduzindo de forma muito clara o reconheci-

mento e o valor do trabalho que o Montepio vem desenvolvendo ao longo destes seus 97 anos, fruto do papel determinante da massa associativa e de todos os que nele trabalham e dedicam a sua vida – associados, dirigentes, funcionários e colaboradores.

Esta alta e nobre distinção, recebida num momento em que celebramos o Centenário do Montepio (1927-2027) tem, neste contexto, um significado e um simbolismo da maior importância na nossa história, no papel determinante de cada um de nós, em todos os momentos, sendo um sinal claro que vale sempre a pena acreditar, fazer sempre o melhor que sabemos e podemos, numa causa e projeto que, para além do seu papel profundamente determinante na qualidade de vida de largas centenas de polícias e suas famílias, será sempre muito reconhecido pelo seu prestígio e credibilidade, resultantes do nosso esforço individual e coletivo e, sobretudo, do nosso sentido de responsabilidade, de que esta distinção é bem o exemplo.

Pela presente comunicação, quero, de forma muito profunda e sentida, dirigir a cada um de vós a minha enorme satisfação e agradecimento pelo trabalho e pela postura de cada um, muito bem ciente do quanto representam, no reconhecimento, no prestígio e na credibilidade deste projeto social, de impacto incalculável na vida de milhares



Diretor Nacional da Polícia Luís Carrilho entrega a distinção ao presidente Álvaro Marçal

Grau Ouro atribuída ao Montepio de Lisboa

de polícias e suas famílias. É neste espírito de saudável e verdadeira amizade e trabalho em equipa, que encontraremos sempre os caminhos que nos levam e levarão a estes lugares.

Muito obrigado e muitos parabéns por fazerem estes momentos, por contribuírem de forma direta e permanente para a marca de excelência do nosso Montepio com o melhor de cada um de vós.

Com esta distinção, assinalamos também, de forma muito elevada, nobre e altruísta, o exemplo de todos quantos nos precederam, preparando o nosso caminho, criando as condições para que possamos prosseguir a sua obra, elevando e colocando esta Instituição nos lugares que merece e que lhe são devidos, numa clara e muito justa homenagem ao seu riquíssimo legado, à sua grandiosa história e ao seu papel indelével no seio da Polícia, da sociedade e de cada um de nós.

A data de 20 de novembro de 2024, com a atribuição desta sublime distinção, assinala e confere, de forma incontornável, o quanto o Comandante Ferreira do Amaral e o Comissário Lino de Oliveira estavam certos quanto às suas convicções e aos seus sonhos assumindo, sem dúvida, o lado certo da nossa história.

A atribuição desta alta distinção pelo Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública,



Medalha de Mérito e Valor Policial da PSP Grau Ouro foi atribuída ao Montepio da PSP

mediante proposta do senhor Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, diz igualmente muitíssimo sobre a sensibilidade e o enorme sentido de gratidão da Direção Nacional da PSP e do COMETLIS pelo que, não deixaremos de assinalar, em momento oportuno, o nosso merecido e devido reconhecimento e agradecimento por esta homenagem que acabam de fazer ao nosso Montepio. A referência a esta distinção ao Montepio, passará, doravante, a fazer parte de todos os nossos eventos e iniciativas, assim como das nossas comunicações formais e assinaturas digitais.

Por fim queremos agradecer

aos colegas dos Órgãos Sociais do Montepio que estiveram neste importantíssimo evento: da Direção, o tesoureiro Elson Sereno, o secretário Hermínio Costa, o vogal Tiago Gonçalves e a vogal Anabela Campos, da Assembleia Geral a secretária Catarina Teixeira e a nossa coordenadora do CADI-EM (Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória), Tânia Vilhena.

Mais uma vez, a todos, o nosso abraço de elevada gratidão por tudo o que são e fazem para que o nosso Montepio possa continuar a merecer este e outros pergaminhos.

Álvaro Marçal
Presidente da Direção



Tomada de posse dos corpos gerentes

A eleição dos novos Órgãos Sociais do Montepio da PSP de Lisboa aconteceu no dia 7 de dezembro de 2024. O Montepio atribuiu uma Menção Honrosa ao dirigente Hermínio Costa na hora da sua saída da Direção.

Realizou-se, no passado dia 8 de janeiro de 2025, no Auditório Comandante Ferreira do Amaral na Av. Almirante Reis, n.º 152-A, em Lisboa, a Tomada de Posse dos Corpos Gerentes para o exercício de 2025.

DIREÇÃO

Presidente

Álvaro da Silva Marçal

Vogais

Tiago Costa Torres Gonçalves

Filipe Alexandre Direitinho Nunes

André Nuno M. Raimundo Abrantes

Secretários

Rafael de Paiva Ramos

Rui Manuel Barbosa Andrade

Tesoureiro

Elson Ricardo Rodrigues Sereno

CONSELHO FISCAL

Presidente

Pedro José Lopes Clemente

Vogal

Íluri Alexandre de Sampaio Monteiro Rodrigues

Relator

Marta Beatriz de Matos Coelho

Suplentes

Joel Fernando Rodrigues Vilas Boas

Magda Rafaela Gonçalves Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente (por inerência)

Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa

Vice-Presidente

Martinho Américo Borges Massa

Secretários

Catarina Joana Araújo Teixeira

Inês Fonseca Menicha

Suplentes

Sofia Margarida da Costa Amorim

João Guilherme Rei Pinheira

Reforçar a matriz social centenária do Montepio



Prezados leitores e leitoras,

QUANDO estiverem a ler este editorial, o Montepio da Polícia de Lisboa estará a celebrar o seu 98.º aniversário, a caminhar rumo ao seu centenário (1927-2027) e a preparar-se para enfrentar o seu segundo século de existência (2027-2127). É neste contexto que estamos a trabalhar para criar as condições, para que o nosso Montepio, possa continuar a ser uma referência em sustentabilidade, empreendedorismo, inovação do conhecimento e das melhores práticas, no reforço do seu património e no apoio aos polícias.

Ao mesmo tempo, está a criar todas as condições para que do ponto de vista das alterações estatutárias em curso, mantendo o seu estatuto de utilidade pública e a sua autonomia administrativa e financeira, esteja preparado para lidar com as adversidades decorrentes do envelhecimento da população e das alterações climáticas. Reforçando a sua matriz social centenária, procura incrementar mais e melhores apoios aos polícias, promovendo e reforçando a sua qualidade de vida e contribuindo para uma sociedade mais sustentável e inclusiva.

O nosso modelo de liderança tem como referencial a importância do investimento no conhecimento, na ciência e na educação. A aposta na formação contínua e em políticas promotoras da educação, da inovação e da criatividade são o garante para podermos intensificar o nosso apoio social aos polícias e às suas famílias. Cultivamos e promovemos uma liderança harmoniosa que procura conciliar os domínios social, político e económico, cientes das nossas responsabilidades na construção de uma sociedade mais equilibrada e coesa. Um Montepio exemplo do desenvolvimento de políticas de apoio à infância e ao envelhecimento ativo dos polícias, no respeito pelo seu passado e pela sua história, pelo contributo que deram à sociedade, numa das instituições mais prestigiadas e determinantes para a nossa qualidade de vida.

A todos, em especial a si que nos dedica o seu precioso tempo, recebam o nosso caloroso abraço de amizade.

Álvaro Marçal

Presidente da Direção

O nosso modelo de liderança tem como referencial a importância do investimento no conhecimento, na ciência e na educação. A aposta na formação contínua e em políticas promotoras da educação, da inovação e da criatividade são o garante para podermos intensificar o nosso apoio social aos polícias e às suas famílias



Iúri Rodrigues, Vogal do Conselho Fiscal



Álvaro Marçal, Presidente da Direção

Relatório e Contas aprovado por unanimidade

A Assembleia Geral Ordinária realizada a 21 de junho teve como propósito a apresentação aos associados do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2024 e a sua aprovação. O Montepio encontra-se num processo de profunda mudança e este Relatório é exemplificativo de toda essa dinâmica, desse investimento e do seu impacto.

Nesta Assembleia ficou muito vincado o reconhecimento pelo trabalho de equipa, pela importância e reflexo que a ação de cada um e de todos tem no processo evolutivo da história do Montepio, da afirmação do seu presente e da confiança cada vez maior no seu futuro. Este Relatório e tudo o que está subjacente a esta Assembleia Geral Ordinária; a forma como decorreram

os trabalhos, a aprovação por unanimidade e a ausência de questões ou dúvidas por parte dos associados é, em si, um acontecimento grandioso que nos enaltece, responsabiliza, prestigia e, em simultâneo, convida a reflexões muito interessantes.

O Relatório e Contas reflete os resultados do nosso exercício no ano de 2024, evidenciando claramente um contexto de passado e presente que nos honra e enaltece. Mas, o nosso Montepio, a par de um enorme respeito e preservação do seu passado material e imaterial, tem igualmente uma visão muito clara para o seu não menos longo e brilhante futuro, para o seu segundo século de existência (2027-2127).

Baseado no recurso à valorização e promoção do conhecimento, da inovação e das tecnologias, bem como às melhores práticas e políticas, este processo de mudança visa criar as condições para fortalecer e enaltecer o passado e o presente do Montepio e, sobretudo, para criar as melhores condições para que possa prosseguir a sua trajetória crescente de reforço do apoio aos Polícias e às suas famílias que, o mesmo é dizer, à Polícia e à sociedade.

Com um ímpeto reformista, continuamos a trabalhar em múltiplas frentes para que o nosso Montepio, do ponto de vista macro estratégico, esteja preparado para fazer face às suas necessidades e desafios.



Superintendente Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa, Presidente, por inerência, da Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Marçal
Presidente da Direção

Mensagem do Diretor Nacional da PSP

Caros Associados do Montepio da PSP,

É com enorme honra que celebramos o centenário do Montepio da Polícia de Segurança Pública, uma instituição que, ao longo de 100 anos, tem sido um pilar essencial no apoio e proteção dos nossos profissionais e das suas famílias.

Desde a sua fundação em 1927, o Montepio tem acompanhado as gerações de polícias que dedicam as suas vidas à segurança pública, assegurando-lhes um suporte sólido nas mais diversas fases da sua trajetória. Hoje, ao lançarmos esta primeira edição da revista do Montepio, reforçamos o compromisso de transparência, proximidade e valorização dos nossos associados.

Este novo canal de comunicação será um espaço para partilha de informação relevante, reflexão sobre os desafios da nossa Polícia e, sobretudo, para enaltecer o espírito de união que nos define. Que esta publicação seja um testemunho vivo da evolução do Montepio e do papel fundamental que desempenha na vida dos nossos polícias e das suas famílias.

A todos os que fazem parte desta história e contribuem para o fortalecimento desta instituição, o meu profundo reconhecimento e gratidão. Que os próximos 100 anos sejam de continuidade, inovação e, acima de tudo, de apoio incondicional àqueles que servem Portugal com honra e dedicação.

Bem-hajam!

Luís Miguel Ribeiro Carrilho

Superintendente-Chefe

Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública

Que esta publicação seja um testemunho vivo da evolução do Montepio e do papel fundamental que desempenha na vida dos nossos polícias e das suas famílias



Tradição de solidariedade e apoio mútuo

FUNDADA em 1927, a Associação Mutualista Montepio da PSP de Lisboa é uma instituição portuguesa que oferece apoio social e seguro para os membros da Polícia de Segurança Pública (PSP) tendo a sua criação visado proporcionar assistência mútua entre os agentes da PSP, promovendo a solidariedade e a proteção social.

Desde o momento da sua fundação tem-se destacado por oferecer uma variedade de serviços, incluindo seguros de vida, apoio ao dependente e ajuda financeira em situações de necessidade tendo um papel providencial na promoção do bem-estar dos seus associados e das suas famílias, além de atuar em áreas como a formação profissional e a saúde.

Ao longo dos anos evoluiu e adaptou os seus serviços para responder às necessidades dos seus membros, incorporando novas soluções e fornecendo apoio em diversas situações

que podem afetar a vida dos polícias da PSP, tanto no ativo como na reforma.

Além do apoio direto aos associados, a instituição também tem envolvimento em ações sociais e comunitárias, reforçando o seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento da comunidade.

A história da Montepio da PSP é, portanto, marcada por uma longa tradição de solidariedade e apoio mútuo entre os agentes da polícia e suas famílias.

Tal como outras associações mutualistas em Portugal, é regida por um conjunto de normas e leis que regulam o funcionamento das associações e do mutualismo. As principais bases legais que sustentam a sua constituição e funcionamento incluem, desde logo, o Código Civil Português, do qual se retiram as disposições gerais sobre a formação, funcionamento e extinção de associações em Portugal, bem como as obrigações e direitos dos associados.

Também o Código das Associações Mutualistas, previsto no Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, reconhece a importância de afirmar a identidade mutualista, fortalecer o caráter democrático e a participação dos associados, destacando a garantia dos direitos dos associados e beneficiários, reafirmando a gestão autónoma e independente das associações, prova ser um diploma estruturante nesta matéria.

Os Estatutos da Associação, aprovados pelo Decreto 14.786, «Diário do Governo», 1.ª Série de 24-12-927, publicado na ordem do corpo n.º 4 de 4 de janeiro de 1928, onde se estabelecem como fins «dar pensões às viúvas dos funcionários Policiais e a parentes destes; estabelecer pensões vitalícias de sobrevivência a pessoas, parentes ou não dos sócios e prestar assistência médica e fornecer medicamentos gratuitamente aos sócios e suas famílias».

A criação da Montepio PSP de Lisboa foi realizada com base na vontade dos seus fundadores – Comandante Ferreira do Amaral e do seu primeiro presidente Comissário Lino d’Oliveira – e, desde então, tem vindo a adaptar-se ao quadro legal vigente, respeitando os princípios do mutualismo e os regulamentos aplicáveis, sendo sustentada por um conjunto de normativos que visam promover a solidariedade, proteção social

Desde o momento da sua fundação tem-se destacado por oferecer uma variedade de serviços, incluindo seguros de vida, apoio ao dependente e ajuda financeira em situações de necessidade tendo um papel providencial na promoção do bem-estar dos seus associados e das suas famílias, além de atuar em áreas como a formação profissional e a saúde



Superintendente-Chefe Luís Elias, Comandante do COMETLIS

e garantir o funcionamento adequado e transparente da associação.

O Montepio da PSP de Lisboa, embora seja uma associação quase centenária, nasceu fruto de uma ideia vanguardista, visionária, humanista, visando apoiar e melhorar as condições de vida dos polícias, situa-

ção que ainda se mantém necessária e atual.

Num momento onde o custo de vida no geral e o preço habitacional tem vindo a subir exponencialmente sobretudo na área metropolitana de Lisboa, quando confrontados com a possibilidade de não ter onde residir, é expectável uma gran-

O Montepio da PSP de Lisboa, embora seja uma associação quase centenária, nasceu fruto de ideia vanguardista, visionária, humanista, visando apoiar e melhorar as condições de vida dos polícias, situação que ainda se mantém necessária e atual

de desmotivação do efetivo especialmente em início de carreira, não olvidando que uma das principais causas que leva ao desinteresse de enveredar pela carreira policial são justamente as condições socioeconómicas dos polícias e respetivas famílias e a grande dificuldade em conjugar a vida profissional com uma vida pessoal condigna. Assim, o vasto leque de soluções apresentado pela Associação Mutualista – Montepio da PSP de Lisboa vem ajudar a preencher um vazio que de outra forma não seria colmatado, tornando-se uma possibilidade com grande impacto na vida dos polícias e sendo, por conseguinte, uma mais valia para a valorização da profissão contribuindo para a qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Luís Elias
*Superintendente-Chefe
Comandante do COMETLIS*

Pilar de apoio e solidariedade social

O Montepio da PSP de Lisboa constitui um exemplo notável de compromisso com a solidariedade social e o apoio à comunidade policial. Esta instituição, profundamente enraizada nos valores da cooperação e da responsabilidade mútua, desempenha um papel essencial no fortalecimento do tecido social da Polícia de Segurança Pública (PSP), assegurando apoio finan-

ceiro, social e cultural aos seus membros e respetivas famílias.

Desde a sua fundação, em 1927, o Montepio tem-se afirmado como um pilar de assistência em momentos de adversidade, proporcionando aos seus associados o suporte necessário para ultrapassar desafios económicos e sociais. Para além disso, promove ativamente atividades culturais e recreativas, que reforçam os laços de união

entre os profissionais da PSP, fomentando um sentido de pertença e de entreaajuda.

A missão do Montepio transcende o mero apoio material. Num contexto em que os profissionais da PSP enfrentam exigências e responsabilidades elevadas na defesa da segurança pública, esta instituição destaca-se como uma rede de suporte indispensável, promovendo não apenas o bem-estar individual, mas também o fortalecimento da coesão no seio da corporação.

A história do Montepio da PSP de Lisboa é, assim, um testemunho vivo da capacidade de organização coletiva para enfrentar os desafios sociais e económicos. Ao longo dos anos, tem sabido adaptar-se às mudanças e às novas necessidades dos seus associados, mantendo-se fiel aos seus valores fundadores renovando continuamente o seu compromisso com a excelência.

Enquanto instituição de referência, o Montepio da PSP de Lisboa permanece um exemplo inspirador de como a solidariedade e o esforço coletivo podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O seu legado, construído com dedicação e altruísmo, é um património que merece ser reconhecido, perpetuado e continuamente apoiado.

Pedro Sousa

Superintendente

2.º Comandante do COMETLIS



Superintendente Pedro Sousa – Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Montepio

Adaptação às mudanças da sociedade



Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa (PSP) é uma instituição de caráter mutualista, criada com o objetivo de prestar apoio social, financeiro e assistencial aos seus associados, designadamente aos que pertencem, na atualidade, ao Comando Metropolitano de Lisboa da PSP e às suas famílias, representando um importante pilar de suporte aos polícias que, diariamente, enfrentam desafios e riscos no cumprimento de missões de manutenção da ordem pública e segurança da população.

Fundado com base em princípios de solidariedade e cooperação, o Montepio da PSP de Lisboa remonta a um contexto histórico em que as condições de trabalho dos polícias eram precárias e a necessidade de um sistema de suporte era evidente. Desde então, a instituição tem evoluído para se adaptar às mudanças na sociedade e exigências da profissão, mantendo o foco na melhoria da qualidade de vida dos seus associados e prestando um apoio que abrange áreas como assistência financeira, saúde e bem-estar, apoio à família e iniciativas culturais e recreativas.

Com desafios crescentes na área da segurança pública, a existência de uma entidade que oferece suporte integrado é vital para garantir que os jovens polícias possam exercer as suas funções e disponham, designadamente ao nível da habitação, de condições dignas de alojamento, quando se encontram deslocados das suas áreas de residência e afastados das suas famílias.

O Montepio tem investido em iniciativas de modernização, como a digitalização dos seus serviços, tornando mais fácil o acesso aos benefícios por parte dos associados. Tem, também, promovido a sensibilização sobre a importância do apoio à saúde mental, um tema de crescente relevância para os profissionais de segurança, complementando de modo positivo a ação da PSP.

No que se refere ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), o Montepio, tem sido um parceiro de excelência, no apoio que tem disponibilizado às iniciativas de âmbito solidário e social que os cadetes-alunos



têm levado a efeito e que muito tem contribuído para o êxito destas iniciativas, pelo que aqui deixo, em meu nome e de todo o corpo discente do ISCPSI, o nosso público agradecimento.

O Montepio da PSP de Lisboa, mais do que uma instituição de apoio social, é um elo fundamental na rede de suporte aos profissionais da PSP. Com uma história rica e um compromisso contínuo com o bem-estar dos seus associados, o Montepio simboliza os valores de solidariedade e resiliência que caracterizam a profissão policial.

Ao olhar para o futuro, o Montepio tem sabido manter-se empenhado em fortalecer a sua missão, adaptando-se às novas necessidades e mantendo o foco na melhoria das condições de vida dos seus associados e dos polícias em geral, particularmente na área metropolitana de Lisboa.

Um grande bem-haja ao Montepio e a todos os que, nas suas diferentes direções, têm desempenhado um singular papel de apoio e complementaridade à ação social da PSP.

Luís Farinha

Superintendente-Chefe, Diretor do ISCPSI

Conhecer as origens, ajustar necessidades

UMA organização que conhece as suas origens, tem condições, pode e quer ajustar-se às necessidades presentes e influenciar o futuro.

A área do arrendamento do Montepio da PSP de Lisboa (doravante Montepio da PSP) é, provavelmente, uma das mais vitais para a sua sustentabilidade. É aquela onde mais se exige, porque dela depende e assenta o futuro do Montepio da PSP, sem nunca esquecer o pilar essencial onde assenta toda a sua ação: os seus associados.

O desenvolvimento e crescimento do Montepio da PSP está em direta relação com os seus associados e as suas necessidades. Se numa fase inicial o principal objetivo era apoiar as viúvas dos associados que, após a sua morte, podiam necessitar de apoio, nos últimos anos surgiram novos desafios que obrigaram a reajustes.

No início do século XXI, a procura de habitações a rendas reduzidas era baixa, visto que as remunerações dos polícias permitiam a compra de habitação. Após a primeira década, este cenário alterou-se.

1 – Novos desafios

O primeiro grande desafio com que ainda se debatem os associados do Montepio da PSP e sentido pela instituição foi a brusca perda de po-

der de compra e o aumento dos tempos de transferência para os comandos das suas regiões.

Apresentamos a evolução das remunerações dos polícias, por carreira, em comparação com a remuneração mínima mensal garantida (doravante RMMG), conhecida como salário mínimo, e a remuneração média (RM).

Mesmo com o efeito dos aumentos ocorridos em meados de 2024, estes não são suficientes para atenuar o problema. Como se pode observar, os polícias têm perdido poder de compra face à média nacional e à RMMG. A título de exemplo:

1) Em 1999, um agente ganhava mais 117% que a RMMG e mais 36% que a RM. Em 2022, estes valores cifravam-se em mais 36% e menos 27%, respetivamente.

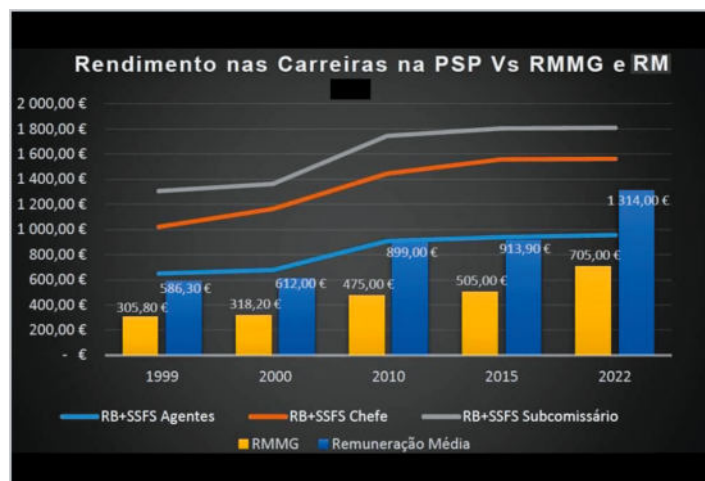
2) Em 1999, um chefe ganhava mais 240% que a RMMG e mais 75% que a RM. Em 2022, ganhava apenas mais 122% que a RMMG e mais 19% que a RM.

3) Em 1999, um subcomissário ganhava mais 334% que a RMMG e mais 157% que a RM. Em 2022, estes valores cifravam-se em mais 124% e mais 38%, respetivamente.

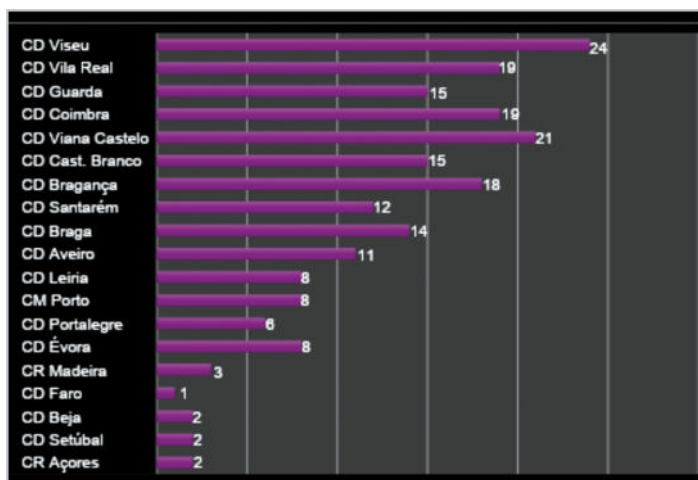
Em seguida, apresentamos os tempos de espera, em 2025 e em anos, que os polícias estão a demorar para serem transferidos para os comandos da PSP das suas regiões ou para as suas preferências de mobilidade. Estes tempos têm aumentado desde o início do século e situam-se hoje numa média global bem acima dos 10 anos.

Naturalmente, esta retração na remuneração dos polícias e dos associados do Montepio teve impacto na sua estratégia, visto que, de forma natural, a procura por habitações a rendas sociais aumentou. Da mesma forma, com o aumento dos tempos de espera para a tão almejada transferência para o seu Comando Territorial, cresceu também a necessidade de melhores habitações em Lisboa, onde pudessem ter uma vida familiar digna e que fez igualmente aumentar a procura.

Os gráficos são autoexplicativos, refletindo os



do presente e influenciar o futuro



principais problemas dos polícias e associados que mais têm preocupado o Montepio da PSP, tanto mais que têm reflexos imediatos na procura de habitações e na sua qualidade de vida.

Estes novos desafios e necessidades levaram o Montepio da PSP a aprovar:

a) Em 2019 a oposição à renovação automática de todos os contratos de arrendamento habitacional com civis;

b) Em 2021, a informação a todos os inquilinos – polícias não associados – sobre a pretensão de revisão do contrato de arrendamento habitacional.

2 – Sustentabilidade financeira

Se, por um lado, o arrendamento permite aos seus associados habitações a valores de renda mais baixos do que os praticados no mercado, por outro, garante a sustentabilidade financeira da organização. Neste aparente paradoxo entre necessidade de receitas e de rendas sociais, reside um dos maiores segredos do sucesso e da grandiosidade do Montepio da PSP. Destaca-se que o arrendamento comercial rege-se pelas regras do mercado, tendo como objetivo único maximizar as receitas do Montepio da PSP.

Se, relativamente ao benefício concedido aos seus associados, não existem quaisquer dúvidas, o que se refere à sustentabilidade financeira,

Fruto do trabalho dos nossos antecessores, o Montepio da PSP possui um potencial que, de forma estruturada e sustentada, lhe permite cumprir a primeira das suas missões: servir os seus associados

considero serem necessários alguns esclarecimentos adicionais.

De acordo com o artigo 2.º do seu estatuto, aprovado em 1927, os fins do Montepio são:

«**1.º** Dar pensões às viúvas dos funcionários policiais e a parentes destes pela forma estabelecida neste estatuto, e a estranhos em casos especiais;

2.º Estabelecer pensões vitalícias de sobrevivência a pessoas, parentes ou não dos sócios, mesmo as compreendidas no número anterior;

3.º Prestar assistência médica e fornecer medicamentos gratuitamente aos sócios e suas famílias.»

Apesar deste fim ambicioso, os descontos mensais dos associados são inferiores a um euro e meio! Destaca-se que, de acordo com relatórios atuariais, o valor descontado mensalmente ao longo da vida profissional, em média, é consumido em apenas anos de pagamento da pensão, mesmo com uma majoração de quatro por cento. Desta forma, rapidamente se depreende que a verba para pagamento de pensões é claramente insuficiente face aos compromissos estatutários assumidos, pelo que tem de ser reforçada com receitas provenientes de outras fontes, para além dos descontos dos associados. Apenas com este reforço é possível cumprir os fins estatutários do Montepio da PSP.



▶ No que concerne ao arrendamento habitacional, temos atualmente regimes distintos, regidos por regulamentos específicos:

– Regulamento de Renda Livre, aprovado em Assembleia-Geral Extraordinária, realizada a 16 de dezembro de 2023, que define e estabelece o regime de regras, critérios, condições e procedimentos para a atribuição e acesso aos imóveis habitacionais de «Renda Livre» do Montepio da PSP;

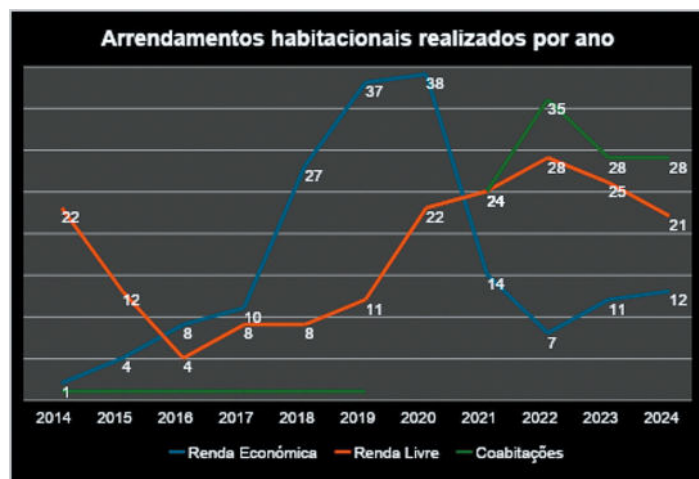
– Regulamento de Renda Económica, aprovado em Assembleia-Geral Extraordinária, realizada a 15 de abril de 2023.

3 – Montepio virado para os associados

Fruto do trabalho dos nossos antecessores, o Montepio da PSP possui um potencial que, de forma estruturada e sustentada, lhe permite cumprir a primeira das suas missões: servir os seus associados.

Procurando representar parte dos resultados do trabalho do Montepio da PSP em prol dos seus associados, em seguida, apresentamos os contratos habitacionais celebrados desde 2014.

Conforme se pode observar, existe uma tendência crescente desde 2016, inicialmente de forma ténue, mas, seguidamente, com toda a robustez. Procurando ajustar-se às necessidades dos seus associados, à semelhança das coabitações dos Serviços Sociais da PSP, o Montepio da PSP passou a disponibilizar também quartos em Residências Montepio da PSP.



Se, em 2022, se fez a primeira experiência na Avenida Almirante Reis, n.º 150, o sucesso da iniciativa veio potenciar o aumento da oferta e da procura deste produto habitacional.

Naturalmente, o aumento da celebração de contratos de arrendamento foi a consequência direta de um grande investimento em dimensões:

Reabilitação de muitas habitações que se encontravam degradadas e sem condições de habitabilidade;

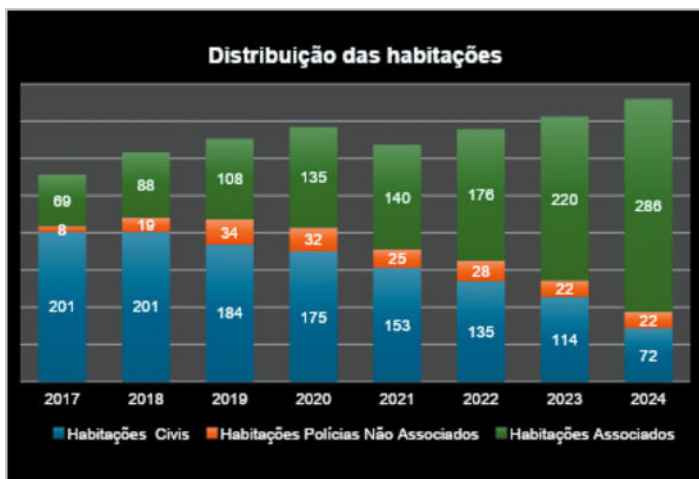
Não renovação de contratos de arrendamento com civis, aumentando a oferta para associados;

Renegociação de contratos com polícias não associados, quer em termos de valor, quer em termos de não renovação.

Com base na decisão de 2022 de priorizar os associados do Montepio da PSP apresentamos a evolução da distribuição das habitações por tipo de inquilino destacando-se o seguinte:

Em 2017, 25% dos contratos de arrendamento habitacional eram celebrados com associados do Montepio da PSP;

Em 2024, 75% dos contratos de arrendamento habitacional são celebrados com associados do Montepio da PSP.



Na senda da priorização dos seus associados, a expressão «**1.º os associados, 2.º os associados**» faz cada vez mais sentido, promovendo um espírito agregador em torno de uma organização com potencial, vontade e ferramentas para fazer mais e melhor.

Tiago Gonçalves
Vogal da Direção

Novas necessidades, novas respostas sociais



QUASE cem anos depois da criação do Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, por iniciativa do Comandante João Ferreira do Amaral, face à sua preocupação com a situação precária com que se confrontavam os familiares dos polícias falecidos em serviço na cidade de Lisboa, o apoio social prestado pela instituição tem mantido os fins que pautaram a sua fundação, mas procurado também acompanhar a evolução das dificuldades apresenta-

das pelos associados e suas famílias, decorrentes das alterações socioeconómicas societárias, das quais se destaca atualmente a dificuldade de acesso à habitação a preços acessíveis.

Ao longo da história do Montepio da PSP de Lisboa, a sua ação social tem sido caracterizada primeiramente pela concessão de pensões mensais aos herdeiros dos associados falecidos, conforme definido estatutariamente, assim como pela prestação de cuidados médicos, do apoio por via da sua caixa económica e diversas valências, algumas, entretanto encerradas, face ao surgimento de novas respostas no mercado, como o supermercado, a alfaiataria e a sapataria.

Dos serviços e apoios que sobrevivem até ao presente, destacam-se o pagamento do subsí-

dio por morte aos herdeiros dos associados, mantendo o desígnio inicial da instituição, assim como o centro de convívio, um espaço para utilização pelos associados e seus familiares, nomeadamente aposentados, mantendo a sua ligação a uma identidade profissional que caracterizou uma parte significativa das suas vidas, e permitindo envolver os seus familiares na dinâmica da instituição.

Nos últimos anos, tem-se registado um aumento no número de inscrições de associados, contribuindo para o rejuvenescimento da massa associativa, em par com o envelhecimento dos associados com maior antiguidade. Esta questão leva à necessidade de uma reflexão sobre a adequação do apoio social existente aos problemas atuais dos associados, sendo uma prioridade da área da ação social.

Em 2020, com a criação do Gabinete de Ação Social, procurou-se criar um local centralizado para resposta aos pedidos de apoio social dos associados, através de atendimento técnico especializado com foco na pessoa e na procura de respostas às problemáticas apresentadas, através da utilização dos recursos internos da instituição ou encaminhamento para os recursos externos existentes.

No âmbito da atividade desse gabinete, tem-se verificado que a maioria dos pedidos de apoio está relacionada com a necessidade de apoio habitacional 



Inauguração da coabitação no n.º 62, r/c, direito, da Avenida Almirante Reis, em Lisboa

▶ que tem vindo a crescer de forma exponencial, considerando o elevado número de pedidos que têm vindo a ser registados na instituição, para arrendamento de habitação a preços acessíveis.

Embora o apoio habitacional do Montepio da PSP de Lisboa remonte à década de 50, com a construção dos primeiros blocos habitacionais em Lisboa e Cascais, as dificuldades habitacionais sentidas na atualidade pela população em geral, aliadas a especificidades da carreira profissional de polícia, como a colocação da generalidade dos novos agentes que finalizam a sua formação na área metropolitana de Lisboa, e o elevado tempo de espera para transferência dos polícias para os seus comandos de origem, explicam o crescimento na procura deste tipo de apoio.

Na análise dos pedidos de apoio que são remetidos pelos associados, verifica-se que estes estão frequentemente relacionados com incapacidade financeira para arrendamento ou compra de habitação, face à disparidade entre o orçamento familiar e os preços de mercado praticados, ou ainda à inexistência de redes informais de apoio, como familiares, na área de colocação profissional, que possam colmatar as dificuldades iniciais sentidas por muitos dos novos agentes que se encontram deslocados da sua zona de residência habitual.

O Montepio da PSP de Lisboa não ficou indiferente às dificuldades manifestadas, pelo que tem sido desenvolvido trabalho



Convívio de pensionistas após celebração de missa de sufrágio (22/11/2024)

significativo nos últimos anos no sentido de intervencionar o seu edificado para o disponibilizar como habitação aos seus associados e familiares, assim como regular a sua atribuição, através da criação e aprovação do regulamento de renda livre e alterações ao regulamento de renda económica, permitindo uma maior transparência e escrutínio no processo de atribuição de habitações, face à procura registada.

A avaliação das situações apresentadas pelos associados permitiu ao Montepio identificar o potencial para a apresentação de respostas diferenciadas, o que se consubstanciou na inauguração das primeiras casas de coabitação para associados em 2021, com a premissa de garantir um espaço digno para o descanso, através do arrendamento de um quarto por associado, mas também a promoção do convívio e da troca de experiências entre profissio-

nais da mesma área, aspeto com particular importância nos primeiros anos de carreira policial. As casas de coabitação provam ser uma solução de sucesso, considerando a elevada procura por esta resposta e a taxa de ocupação de quase 100% nos dezassete apartamentos afetos a esta valência. Em abril de 2025, foram inaugurados, em evento aberto aos associados, os primeiros espaços T0 no prédio da Avenida Almirante Reis n.º 62, cuja ocupação se prevê que ocorra com brevidade.

Estas respostas, pelo seu caráter de médio e longo prazo, são fundamentais para a promoção do bem-estar dos associados e suas famílias, permitindo-lhes estabilidade na sua vida pessoal e familiar, contribuindo dessa forma para o sucesso do desenvolvimento da sua atividade profissional.

Sobre o apoio na saúde, previsto estatutariamente, e não obstante a existência do Serviço de

Apoio na Doença (SAD) na PSP, o Montepio da PSP pode apresentar respostas que complementem o mesmo, através da celebração de protocolos e parcerias com entidades que desenvolvem respostas de saúde, para dar resposta aos associados e seus familiares.

Considerando as características do Montepio da PSP enquanto instituição, e o estabelecimento de contactos institucionais com outras entidades da economia social, considera-se que estes protocolos poderão começar a ser estudados junto destas entidades em primeiro lugar, para acesso a equipamentos de saúde, com extensão nacional, permitindo dar resposta a associados que, por diversos motivos, não residem em Lisboa, e se encontram limitados no apoio a que podem aceder neste momento. Além de equipamentos de saúde, deve ainda equacionar-se o apoio no acesso a produtos de apoio, que possam colmatar dificuldades passagei-

ras ou permanentes de saúde, seja através da celebração de protocolos para acesso aos mesmos ou prestação de apoio financeiro parcial ou total para a sua aquisição, assim como para o acesso a medicação.

O convívio entre associados, incluindo a participação dos seus familiares, estabelece-se como uma ferramenta para intervir em situações de isolamento social, a criação de laços intergeracionais e ainda a promoção do envelhecimento ativo.

Para esse efeito, além de eventos como a Missa de Sufrágio anual, que se assume como um espaço para recordar os associados falecidos, mas também uma oportunidade de partilha de experiências e vivências entre os pensionistas e entre os associados, considera-se que a dinamização de atividades e divulgação do Centro de Convívio deverá assumir um papel central, com o incremento das atividades lúdicas e culturais já previstas em regulamento pró-

prio, através da participação dos associados na definição de um plano de atividade mensal, tornando o Centro de Convívio um espaço de e para os associados. No âmbito dos polos habitacionais, em que residem na sua maioria associados e pensionistas, podem também ser promovidas iniciativas que reforcem os laços de vizinhança.

Estas atividades não têm de ser apenas dentro dos espaços já existentes, verificando-se potencial para o agendamento de excursões a locais de interesse dos beneficiários, ou a eventos culturais internos, em cooperação com o CADI-EM.

A colaboração com outras entidades do setor, em particular com as instituições congêneres de apoio aos profissionais da Polícia de Segurança Pública, deve também ser uma prioridade, permitindo coordenar respostas e prestar apoio de forma mais eficiente, colmatando eventuais falhas de apoio.

Em suma, a criação destas novas respostas a médio e longo prazo pretende reajustar a ação social do Montepio da PSP à atualidade, mantendo os apoios e os propósitos que o originaram, mas avançando o apoio social prestado no sentido de dar resposta às novas necessidades dos associados e pensionistas, através de um incremento na atividade do gabinete de ação social, que apenas será possível mediante um trabalho contínuo e que conte com a participação dos beneficiários.



Festa de Natal de 2019 – Centro de Convívio

Andreia Cruz
Assistente Social

O técnico e a preservação do património



REFLETIR sobre os novos desafios que surgem para a conservação e reabilitação do património e o papel de um técnico habilitado na preservação do edificado do Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa é um exercício estimulante.

O Montepio é uma Associação com uma carteira de 37 edifícios. Situados, na sua maioria, no concelho de Lisboa, estão numa fase de constantes necessidades de intervenções de conservação e reabilitação.

Encontramos no Montepio uma organização pautada pelos mais nobres valores da nossa sociedade, onde, sob a batuta do Presidente Álvaro Marçal trabalha uma equipa com elevado sentido de responsabilidade e uma direção que prima pela valorização do bem-estar dos funcionários.

O dever da conservação do edificado está expresso no Regulamento Geral das Edifica-

ções Urbanas (RGEU), desde 1951. O artigo 9.º determina que as «edificações existentes deverão ser reparadas e beneficiadas pelo menos uma vez em cada período de oito anos, com o fim de remediar as deficiências provenientes do seu uso normal e de as manter em boas condições de utilização...»

Sendo o Montepio da PSP de Lisboa proprietário do edificado tem a obrigatoriedade da execução de obras de conservação.

No Regulamento Geral de Construção Urbana para a cidade de Lisboa, de 1930, o capítulo X é dedicado à «conservação dos prédios». O artigo 209.º refere que «em todos os prédios particulares e seus pertences, as faces ou paramentos exteriores das fachadas anteriores, posteriores, laterais, empenas, telhados ou coberturas e, bem assim, os muros ou vedações, de qualquer natureza, barracões, barracas, telheiros ou similares, sejam ou não vistos da via pública, serão reparados, caiados e pintados ou limpos, conforme a natureza da construção, de oito em oito anos.»

O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual re-

dação, vem confirmar esta obrigatoriedade, no n.º 1 do artigo 89.º, onde pode ler-se: «As edificações devem ser objecto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético.»

Não existirá preservação e sustentabilidade do património sem profissionais competentes, preparados para tal e devidamente reconhecidos e acreditados.

Compete ao Gabinete Técnico do Montepio, o papel fundamental de procurar sensibilizar os dirigentes para estratégias de intervenção no património, a curto e médio prazo, reforçando a importância das boas práticas e a qualificação adequada de todos os intervenientes. Cabe ainda assegurar a gestão, que assume uma importância decisiva para o futuro do edificado.

A criação do Gabinete Técnico permite dar resposta a uma necessidade de intervenção técnica na manutenção, reabilitação e preservação dos 37 edifícios do Montepio da PSP para que desta forma possa assegurar parte importante da sua missão: proporcionar habitação digna aos seus associados e desta forma minimizar o atual flagelo da habitação.

Wilson Luís

Engenheiro Civil

**O Montepio da PSP da Lisboa é uma organização
pautada pelos mais nobres valores
da nossa sociedade**

Manutenção e conservação do edificado



Assegurar uma transição eficiente e cuidadosa nos processos de entrada e saída de inquilinos e sempre que um imóvel era desocupado proceder a uma inspeção detalhada

NO exercício das minhas funções como Secretário da Direção do Montepio da PSP de Lisboa, de 6 de janeiro de 2023 a 8 de janeiro de 2025, assumi a responsabilidade pela gestão do nosso património imobiliário.

Esta missão, que considero da mais elevada importância, tem um impacto direto no funcionamento da instituição e na qualidade de vida dos nossos associados e inquilinos.

O desempenho desta tarefa exigiu dedicação, rigor e atenção constante às necessidades que surgiram.

Uma das principais funções que desempenhei foi assegurar uma transição eficiente e cuidadosa nos processos de entrada e saída de inquilinos.

Sempre que um imóvel ficava desocupado, procedia a uma inspeção detalhada, com o objetivo de avaliar as suas condições, identificar eventuais necessidades de reparação e documentar todas as intervenções necessárias. Este cuidado assegurava não apenas a preservação do valor patrimonial dos nossos imóveis, mas também a sua preparação em condições

ideais para acolher futuros inquilinos.

A manutenção e conservação do edificado constituem outro pilar essencial da minha atuação, garantindo um ambiente seguro e confortável aos nossos inquilinos.

Neste contexto, coordenei todas as intervenções de reparação e obras, tanto de carácter preventivo como corretivo. As atividades abrangeram desde pequenas manutenções até reformas estruturais mais complexas, sempre com o intuito de preservar e valorizar o património imobiliário da instituição.

Contratação de um engenheiro civil

Reconhecendo a necessidade de uma abordagem técnica mais especializada, a Direção do Montepio da PSP tomou a decisão estratégica de contratar um engenheiro civil. A integração deste profissional representou um marco significativo, ao trazer conhecimento técnico e rigor à gestão dos nossos imóveis.

Com o seu apoio, foi possível realizar diagnósticos mais pre-

cisos, planejar intervenções preventivas de forma criteriosa e executar as obras de maneira eficiente, segura e dentro dos melhores padrões de qualidade.

O atendimento e a resolução das reclamações dos inquilinos também fizeram parte do meu compromisso diário.

A estrutura técnica, reforçada pela presença do engenheiro civil, permitiu-nos responder a cada solicitação de forma ágil e eficaz, assegurando soluções práticas e satisfatórias para todos os desafios apresentados.

Gostaria de expressar o meu profundo agradecimento ao Presidente e aos restantes membros da Direção pelo apoio incondicional e pela colaboração constante em todas as etapas deste trabalho.

Reconheço, igualmente, o empenho e a competência dos nossos funcionários, cujo profissionalismo e dedicação diária foram fundamentais e decisivos para alcançarmos os nossos objetivos e fortalecermos, cada vez mais, a nossa instituição.

Hermínio Costa
Secretário da Direção
(2023-2024)

Projeto Rua António Pedro com 35 fogos

O prédio do número 24 da Rua António Pedro, em pleno centro da cidade de Lisboa vai conhecer uma nova vida. A completa intervenção de reabilitação disponibilizará um total de 35 fogos para arrendamento a custo controlado aos nossos associados, numa experiência piloto que se pretende ver replicada noutros imóveis do Montepio da PSP.

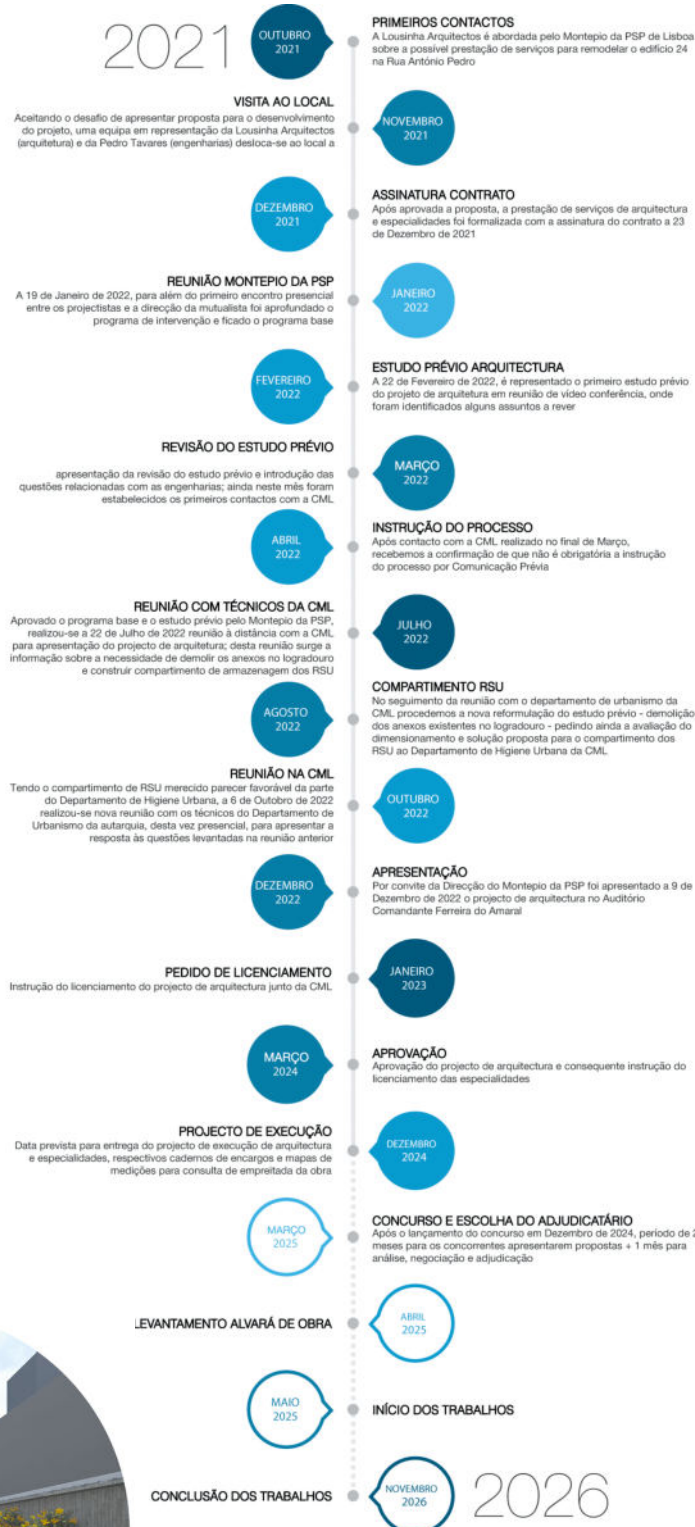
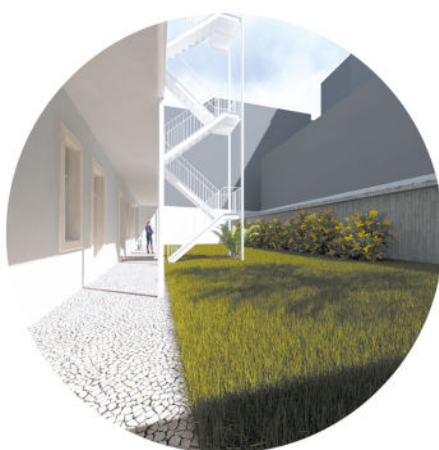
Desenhados para oferecer todo o conforto e independência aos seus residentes, os futuros apartamentos da António Pedro respondem aos novos modos do viver contemporâneo, num espaço flexível e pronto a habitar.

A sustentabilidade desta intervenção adotará todas as boas práticas que permitirão diminuir a pegada ecológica do edifício, quer na adoção de medidas de bom desempenho térmico com diminuição de consumos energéticos, bem como na utilização de materiais amigos do ambiente ou na oferta de condições para a correta triagem dos resíduos sólidos urbanos.

Paralelamente, o estacionamento de bicicletas contribuirá para incentivar a prática dos novos hábitos de mobilidade suave.

A libertação da área de construção no logradouro, para além de aumentar a área permeável do solo, oferece um espaço verde de uso comum aos moradores para agradáveis convívios em camaradagem.

Nos espaços comuns a todos os fogos, há ainda uma lavandaria e um anexo com uma pequena copa e churrasqueira.



Ser polícia é vocação e opção de vida

PEDRO CLEMENTE concedeu à *Revista do Montepio* uma entrevista onde ficámos a conhecer melhor o homem e o percurso do profissional na Polícia de Segurança Pública.

– *O que o levou a ingressar na carreira profissional de polícia?*

– Fácil e difícil de responder. Fácil, porque foi um impulso pessoal com forte oposição da família. Estávamos em 1983, quando a Polícia era muito mal vista. Aliás, durante quase um ano, a minha avó não me falou. A esquadra, que me influenciou e que viria, mais tarde, a comandar, a 22.ª Esquadra no Rato, estava inserida no edifício onde andei na pré-primária. Era uma escola gerida por freiras franciscanas e, na hora da sesta não queríamos dormir e travávamos batalhas de almoçadas. E qual era a forma que as freiras tinham para nos pôr na ordem? Levar-nos todos a fazer uma visita à esquadra. E, aí, começou a minha vocação policial influenciada pelos meus estudos no Canadá francês, no Québec, onde contactei com a polícia de proximidade e, depois, ter cumprido o serviço militar em Estremoz ao lado de uma esquadra. Enfim, foi um impulso, uma opção de vida, uma vocação que me realizou. Simples, quase como o amor.

– *Com uma vasta carreira profissional na Polícia, desde coordenador do Departamento de Armas e Explosivos da Direção Nacional da PSP, a perito nacional em armas e explosivos junto*

da União Europeia, a Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento da Direção Nacional da PSP e como Inspetor principal na Inspeção-Geral da Administração Interna, entre muitas outras funções, qual a função que destaca?

– Destaco, em primeiro lugar, as funções de comandar a esquadra do Rato, a minha esquadra de eleição, por proximidade, desde a pré-primária, até porque vivia junto ao Jardim da Estrela. Andei no Liceu Pedro Nunes e a minha infância e adolescência, em Lisboa, foram ali, na zona do Rato. Ter essa proximidade à comunidade e uma excelente relação com a Junta de Freguesia e com todas as instituições locais. Isso foi marcante.

O segundo destaque é a passagem pelo Departamento de Armas e Explosivos. Sempre gostei muito da matéria relativamente às armas e sobretudo aos explosivos e, além disso, é uma área diferente da Polícia por ser uma área de licenciamento e de regulação. Foi muito importante a experiência internacional a nível da União

Europeia onde fui o primeiro perito nacional português colocado e pude ser confrontado com diferentes realidades e me permitiu fazer uma aprendizagem de novas práticas e modelos não só burocráticos mas também de funcionamento.

Outra experiência interessante foi na Área de Estudos e Planeamento da Polícia especialmente o planeamento de toda a atividade e, depois, a avaliação que na altura não era muito consistente em Portugal. Relatar o que se fez, e, sobretudo, permitir fazer análises de fundo na área do procedimento de proximidade. Trabalhámos com matérias muito específicas, nomeadamente com a Escola Segura.

Outro momento muito importante na Área de Estudos e Planeamento foi um assunto que estava a emergir na Polícia e relacionado com a questão dos atos eleitorais internos para o

Conselho Superior de Polícia e para o Conselho de Deontologia e de Disciplina. Outro desafio foi criar



▶ o Regulamento Arquivístico da PSP.

Recordo, também, o momento em que a Polícia me chamou para dirigir o ensino superior policial em momento de grande crise. Aliás, quando tomei posse no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, este estava em risco de ser encerrado, pois não preenchia os critérios legais. Havia também preconceito contra o ensino especial policial. Foi um tempo desafiante.

Outro grande desafio foram as minhas funções de secretário operacional na área operacional da Expo-98. Foi uma escola profissional e de vida.

Depois e a meu pedido integrei a Inspeção da PSP, porque nunca quis fazer mais de duas comissões de serviço, pois acredito na mobilidade e acho também importante a renovação. A Inspeção é uma área funcional muito importante, nomeadamente a auditoria de qualidade e gestão de processos disciplinares mais complexos ou sensíveis. Quando se punha em causa as atuações policiais tínhamos de verificar se as práticas aplicadas estavam de acordo ou não com o normativo interno e os padrões de atuação instituídos.

Pelo meio aconteceram dois factos relevantes com os quais encerrei, com muita gratidão e satisfação, a minha carreira ativa. O Covid-19 que obrigou à transcendência dos padrões de atuação da Polícia. Teve de se reinventar tudo para aqueles tempos e ficaram boas lições. E, por fim, os momentos ines-

quecíveis da Jornada Mundial da Juventude com 800 mil jovens reunidos durante uma noite no mesmo espaço.

Em conclusão, ingressei por impulso e saí por realização, no tempo certo. Há sempre um tempo certo para tudo, como diria Salomão.

– Com uma vasta obra de artigos e escritos publicados, o que o motiva a escrever sobre os temas: a polícia, a cidadania e a segurança?

Quando ingressei na Polícia, encontrei textos escritos sem muita consistência. Mas por outro lado percebi que havia algumas pessoas que não queriam que eu estivesse na PSP. Quando ingressei na Polícia vim ganhar 14 contos e 700 escudos. Na altura recebia quase nove vezes mais na Philips Portuguesa. A minha falecida avó disse-me que foi uma mudança «*de cavalo para burro*». Mas recordo-me de lhe ter dito: há de ser, outra vez, «*de burro para cavalo*», mas... cavalo de corrida.

Nos anos oitenta a Polícia era muito mal vista. Não tinha doutrina, não tinha escritos. Os polícias eram vistos como indivíduos incultos, ignorantes, basicamente em calão português, sem ser ofensivo, eram considerados «*umas bestas*». Agora, nada impede que um polícia seja um

pensador e que a Polícia tenha ciência. Um dos meus objetivos ao longo da minha carreira profissional foi mostrar que a Polícia tem ciência, técnica e prática. Ao contrário de muitas áreas do conhecimento na Polícia partiu-se da prática, a que se juntou a técnica, para se chegar à ciência. E tem sido um enorme esforço.

Não esqueço uma ex-chefe de gabinete da Administração Interna, que por não acreditar que eu era doutorado participou disciplinarmente de mim porque achava que eu estava a mentir, a gozar com ela. Considero que em qualquer área profissional é sempre bom que se valorize o conhecimento.

E qual foi o motivo para abordar a Polícia, a Cidadania e a Segurança? Porque, ao longo de quatro décadas ouvi falar da Polícia como se fosse algo quase maléfico, algo indevido, algo oponente à cidadania. Tenho tentado demonstrar que não há cidadania sem polícia; demonstrar com factos, com realidades concretas usando o método científico. Ainda recentemente, foi publicado um livro em que se pede a abolição da polícia. A única forma de combater preconceitos e ideias erradas é apresentar as boas ideias. E esse foi o motivo que me levou a

O Covid-19 obrigou à transcendência dos padrões da Polícia. Teve de ser tudo reinventado.

A Jornada Mundial da Juventude com 800 mil jovens reunidos no mesmo espaço durante uma noite foi, também, um momento inesquecível



publicar e a encontrar temas para publicar.

– Ingressou no Montepio em 1992. Qual a motivação para fazer parte deste projeto social?

– Ingressei no Montepio em 1992 com 33 anos. Sempre fui muito interessado nas questões do associativismo e do mutualismo, devido à minha vivência no Québec onde o movimento tem uma presença muito forte na sociedade. Por outro lado, do lado da minha família de origem judaica, houve sempre um empenho muito forte nas questões do associativismo mutualista.

Desde 2002, participo nos órgãos sociais do Montepio. Nessa altura estava no núcleo de operações da sede do Comando da PSP de Lisboa e havia reuniões na messe dos guardas

e onde alguns comissários da velha guarda faziam parte dos órgãos. Na altura, o Montepio era muito pouco conhecido para mim. No início, fazia muita confusão entre o Montepio e o Cofre de Previdência. Ainda hoje muita gente faz essa confusão. Conheci o Montepio nas suas diversas facetas, com períodos em que estive moribundo até à forte atividade atual.

– Atualmente, como presidente do Conselho Fiscal, qual o maior desafio que representa a sua função?

– Os desafios de hoje são diferentes do passado. No passado foi necessário justificar a necessidade da existência do Montepio e preservar a sua autonomia. Atualmente, os desafios são não só acompanhar todo o trabalho da Direção mas

estimular o desenvolvimento e preparar um novo estatuto que por ser quase secular merece ser revisto ao abrigo de todo o quadro legal nacional e comunitário. O novo estatuto trará outras potencialidades. O Montepio já teve supermercados e serviço de saúde. No futuro deverá oferecer a prestação de outros serviços que se imponham. A missão do Conselho Fiscal é acompanhar, avaliar e potenciar o desenvolvimento consolidado e que não seja aventureiro como não tem sido.

– E qual deve ser a missão...

Como sócio tenho sentido que o Montepio tem cumprido a sua missão cada vez melhor. Desde 2017 até hoje tem estado a regressar à génese, à sua origem; um retorno à sua origem. E isso tem sido gratificante. Fomos alvo de denúncias anónimas. Normalmente são poucos os que estão a construir e muitos os que querem destruir mas ultrapassámos tudo isso. Pudemos rever procedimentos internos e pudemos clarificar tudo aos sócios tendo a certeza do caminho correto que estávamos a percorrer. Foi também muito gratificante desempenhar a função de Presidente da Direção como os estatutos indicam, durante cinco anos. Não temos limite de mandato, mas diz o estatuto que cinco anos são pelo menos obrigatórios. Feitos esses cinco anos era preciso fazer uma renovação, preparar o futuro e o futuro prepara-se sempre no presente. Estou no Conselho Fiscal e em breve irei ceder o lugar aos jovens que irão projetar o futuro Montepio. 

▶ O Estado social está no limite das respostas e, por isso, será cada vez mais necessária a ação complementar de segurança social e aí surge o Montepio. Houve tempos em que o Montepio corria à sombra dos serviços sociais mas atualmente corre lado a lado. O objetivo da revisão estatutária é permitir ao Montepio ganhar dimensão nacional com serviços sociais da PSP de registo associativo, puro e simples.

– O Montepio da PSP deve manter a independência e autonomia?

Há um tema que é necessário realçar porque o Montepio tem sido confrontado com a questão da nacionalização ou absorção. Foram momentos difíceis que vivi intensamente por participar nos órgãos sociais como Presidente da Direção. Existiram documentos públicos que classificavam o Montepio como serviço público e, sempre, a olhar para o seu património.

Nesse tempo foi importante sentir nas Assembleias Gerais que a vontade dos sócios era unânime. Manter a autonomia e reconhecer que o Montepio era dos sócios e não do Estado. Tenho gratidão por quem ajudou à afirmação do Montepio, como associação privada de interesse público, com fins de solidariedade social e profissional. Chegou a dizer-se que o Montepio foi criado junto do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa e isso o tornaria um serviço público. Uma coisa é «estar junto» e outra coisa é «estar incluído». Nunca nenhuma Lei Orgânica do Governo, nos últimos cem anos, incluiu o Montepio

Tenho gratidão por quem ajudou à afirmação do Montepio, como associação privada de interesse público com fins de solidariedade social e profissional

na sua Orgânica, dentro do Ministério da Administração Interna ou do Ministério do Interior, antes do 25 de Abril. E assim foi possível evitar a extinção da única mutualidade que existe dentro da PSP e que tem sido relevante na área habitacional e da caixa económica.

Consta que andava um dia Ferreira do Amaral, como comandante da PSP de Lisboa, a fazer uma ronda para verificar se os elementos escalados para determinados locais da capital estavam no seu posto. Ao passar no Largo da Biblioteca-Mor, em Lisboa, próximo à sede do Comando Distrital de Lisboa, encontrou um elemento policial caído no chão, inanimado. Estava fraco e com fome e nesse momento ele decidiu que era necessário criar uma instituição. Mais tarde verificou que havia muitas viúvas e órfãos que ficavam em estado de insolvência, com a morte do marido com um estado social na altura quase inexistente.

Estamos a falar dos anos 20 do século passado. Desde a origem da Polícia Cívica, antecessora da PSP, já se falava em criar um fundo de pensões o Montepio que só foi possível em 1927. Isto só prova a relevância de termos o movimento mutualista profissional.

Depois, durante a Primeira República e grande parte do Esta-

do Novo, surgiram dentro da PSP, movimentos mutualistas e corporativos e todos desapareceram de uma forma ou de outra e o Montepio cá ficou mesmo com a criação dos Serviços Sociais. O reconhecimento da mais-valia da existência do Montepio ao longo de quase cem anos que é necessário potenciar sem ser absorvido pelo Estado. Mas e se o Montepio tivesse sido nacionalizado? Será que teríamos hoje uma ação social complementar tão relevante como temos? Penso que não e isso é unânime. Só há um caminho a seguir que é o desenvolvimento do mutualismo através do Montepio da PSP de Lisboa.

Em 2012 aquando do PRACE com a tentativa de extinção e nacionalização do Montepio tivemos de justificar a sua existência e, na altura, ainda não tínhamos a informação interna organizada. Daí que é importante para o crescimento do Montepio conhecer a sua história e todo o seu acervo bem como toda a informação e dados de gestão, devidamente acessíveis, organizados e arquivados, para podermos assim construir o futuro.

O Montepio é dos sócios e sempre foi. E essa é a afirmação e o caminho a seguir. E é importante que assim seja.

Entrevista de
Tânia Vilhena

Garantir a sustentabilidade da instituição

A O longo dos últimos anos a sociedade tem evoluído a uma velocidade quase vertiginosa, proporcionando constantes mudanças de contexto económico e social, com repercussões imediatas e inevitáveis no dia a dia das gerações precedentes, nas atuais e nas vindouras.

Nesta circunstância, o Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, no limiar do seu centenário, enquanto pessoa coletiva privada de base profissional, sem fins lucrativos e com natureza de instituição particular de solidariedade social, não tem sido imune a estas constantes mutações de paradigma económico e social, tendo-se constantemente adaptado às contingências, desafios e dificuldades, mantendo o seu foco principal na satisfação das necessidades e expectativas dos seus associados.

O Montepio recorre a um modelo de gestão que lhe tem permitido modernizar-se e desenvolver-se um registo de economia social de base mutualista e de complementaridade com a ação social desenvolvida pelos Serviços Sociais da PSP e outras entidades públicas, sobretudo em situações de emergência social.

Este modelo tem como principal objetivo atender às demandas e exigências dos nossos associados, garantindo a sustentabilidade da Instituição no médio e longo prazo, através de uma rigorosa racionalização dos recursos disponíveis, sejam eles, financeiros, humanos e ou materiais, de forma cada vez mais eficaz e eficiente, tendo em vista maximizar o seu desempenho e a resposta às premissas cada vez mais imperiosas.

Perante um paradigma de grande incerteza, marcado por fortes condicionalismos, em que assistimos a inúmeros eventos à escala global que impactam a sociedade em geral e, em particular, os associados do Montepio, desde a guerra na Ucrânia à implosão de uma grande instabilidade territorial no Médio Oriente, com consequências profundas e além fronteiras, designadamente, por via do suprimentos de cadeias globais do setor energético e alimentar, bloqueio de rotas de

exportação com impacto direto no aumento de preços no mercado global e escassez de alimentos, a acentuação de uma crise energética e consequente aumento no custo dos combustíveis e seus derivados.

Além disso, o deslocamento forçado de refugiados provenientes de zonas mais afetadas contribui para o desequilíbrio geopolítico e económico mundial, que por sua vez se reflete na atividade do Montepio e na qualidade de vida e bem-estar dos nossos associados.

Desta forma, perante os desafios globais que imperam, o Montepio pode e deve fazer parte da solução.

Para tal, tendo em consideração a sua natureza privada sem fins lucrativos, aliada à sua matriz social, não possui qualquer fonte de financiamento pública e/ou externa, dispondo apenas de receitas próprias. Estas derivam essencialmente das quotas pagas, das rendas habitacionais e não habitacionais e dos juros e rendimentos similares provenientes de aplicações financeiras, que se contrapõem às despesas crescentes, nomeadamente, com a constante reabilitação de frações habitacionais e não habitacionais, a atribuição de pensões de sobrevivência e a implementação de iniciativas de capacitação dos nossos recursos humanos e equipamentos, tendo em vista a melhoria contínua, otimização da gestão e automação de processos de trabalho.

Esta perspetiva financeira, realça a importância de uma gestão criteriosa com base em processos integrados de planeamento, organização, direção e controlo, tendentes a assegurar a persecução dos fins e objetivos definidos, contribuindo para o desenvolvimento do bem-estar dos nossos associados, proporcionando-lhes um conjunto de respostas e serviços prestados de acordo com os fins para os quais o Montepio foi concebido:

«Honrando o passado, Olhando para o futuro e Servindo o presente».

Elson Sereno
Tesoureiro da Direção

Alteração dos estatutos do Montepio

UM dos objetivos apresentados pela lista única que se candidatou aos órgãos sociais do Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa foi a revisão estatutária.

Na Assembleia Geral ordinária realizada para este efeito, a 7 de dezembro de 2024, foi apontado, por um ilustre associado, a constante repetição e

apresentação do tema como assunto premente de resolução no seio do nosso Montepio. Compreende-se, em absoluto, a observação...

Todos os anos se fala deste assunto e nunca se consegue resolvê-lo? Aproveitando a primeira edição da «*Revista do Montepio*», tentaremos apresentar o problema, a sua dimensão, e explicar o caminho que se en-

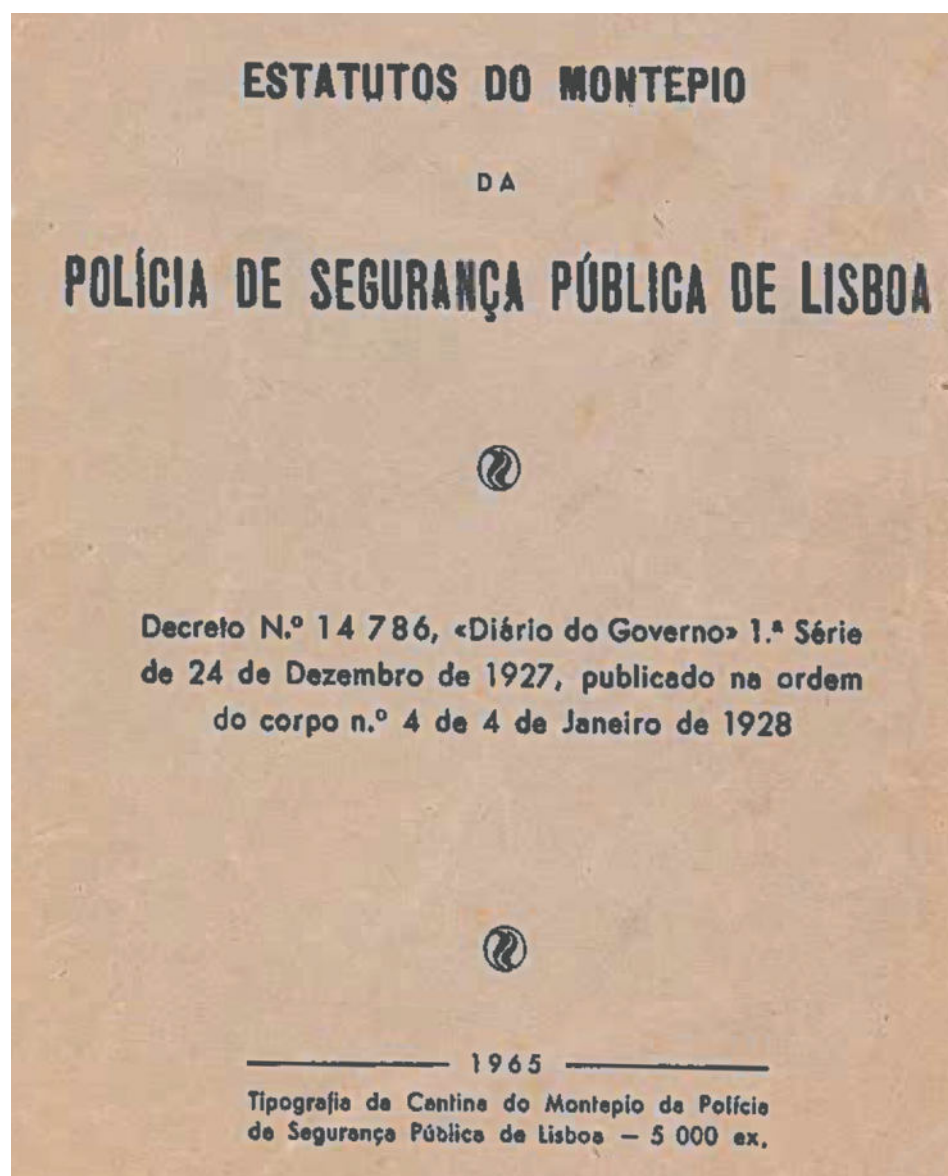
contra a ser seguido, através dos trabalhos já executados.

Apesar de não ser consensual a data de fundação do Montepio, considerando a existência, em data anterior, de legislação relativa à criação de um Montepio junto da Direção-Geral de Segurança Pública em 1918, é aceite como elemento fundador do Montepio a publicação dos seus Estatutos, através do Decreto n.º 14786, publicado no Diário do Governo, 1.ª série, a 24 de dezembro de 1927. Apesar dos seus 98 anos, é este o estatuto que continua em vigor.

Identificado o problema, importa esclarecer por que motivo é importante alterar o estatuto, e por que razão tal ainda não foi feito.

Ao longo da história do Montepio, foram realizadas duas iniciativas que alteraram o estatuto (1968 e 1973), tendo havido outras situações, a última das quais em 2023, em que foram desenvolvidos trabalhos no seio do Montepio, mas que não se conseguiram concretizar, porquanto é o próprio estatuto que impõe que as alterações estatutárias passem por um mecanismo duplo, aprovação pela Assembleia Geral e pelo Ministério da Administração Interna. Ora o grande problema tem sido, efetivamente, a não aprovação por parte do MAI, que não se tem pronunciado, nem positivamente, nem negativamente.

Por se considerar que a alteração de estatutos necessita de





Subintendente Lúri Rodrigues – Vogal do Conselho Fiscal

toda a segurança jurídica foi criado em 2024, por iniciativa da Direção, um grupo de trabalho para a alteração dos estatutos. Tem como objetivo identificar o caminho adequado para conseguir desatar este autêntico nó górdio que tem impedido a modernização estatutária. Neste grupo de trabalho, foi analisado, em primeira linha, qual o destino mais favorável ao Montepio, existindo três opções:

a) manter o estado atual das coisas promovendo apenas pequenas alterações ao estatuto, eliminando as disposições que são contrárias à Constituição e aos atuais princípios legais;

b) efetuar todas as mudanças necessárias para poder ser uma Associação Mutualista, nomea-

damente o cumprimento integral do Código das Associações Mutualistas (CAM);

c) a subsistência como instituição privada, sem qualquer relação com o Estado.

Após discussão dos prós e contras de cada opção, por unanimidade decidiu-se adotar a segunda opção – transitar para o regime das associações mutualistas, mudando a relação com o Estado do Ministério da Administração Interna para o Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Porém, numa relação pura de tutela, sem que o Estado possa ter qualquer intervenção nos destinos do Montepio (ao contrário do que pode acontecer atualmente), além do poder de ordenar sindicâncias.

No presente ano de 2025, continuar-se-ão a desenvolver os trabalhos que passam pela realização de Assembleias Gerais para validação da intenção já descrita, após as quais será feito um trabalho jurídico, mas suportado nas relações interinstitucionais já desenvolvidas com a Direção Nacional da PSP e com o MAI, no sentido de acautelar a aprovação, por parte do Governo, das alterações estatutárias que permitam ao Montepio, numa primeira linha, alterar os seus estatutos, para os adaptar às exigências do CAM, e assim poder ser inscrito como Associação Mutualista de facto e de direito.

Lúri Rodrigues
Vogal do Conselho Fiscal

Espírito de cooperação no mutualismo



O mutualismo, fundamentado no princípio – dar para receber, receber para dar – sempre esteve profundamente enraizado na nossa sociedade. O mutualismo como filosofia social e económica apareceu no século XIX com Pierre Proudhon, filósofo e político francês que defendia a cooperação voluntária e a reciprocidade como base para uma sociedade justa e igualitária. Esta filosofia, encontrou no movimento mutualista um terreno fértil para florescer.

As raízes do mutualismo em Portugal remontam ao século XIX, com a criação de diversas associações de socorros mútuos. Estas coletividades tinham como objetivo principal prestar assistência aos seus membros em situações de doença, invalidez ou falecimento e a busca por alternativas à precariedade social da época, impulsionando o crescimento deste movimento.

Ao longo do século XIX o mutualismo consolidou-se como importante pilar da proteção social em Portugal.

As associações mutualistas expandiram os seus serviços, oferecendo seguros de saúde, pen-

sões e outras formas de proteção social. A criação de uma rede de mutualidades permitiu a cobertura a cidadãos que não tinham acesso aos serviços de segurança social. Neste contexto foi criado, de forma genérica, o nosso Montepio.

Com a evolução do Estado Social em Portugal, o mutualismo sofreu transformações mas continua a desempenhar um papel relevante, oferecendo serviços complementares àqueles prestados pelo Estado, destacando-se pela flexibilidade, proximidade aos associados e capacidade de adaptação às necessidades de cada comunidade.

Caraterísticas do mutualismo português

Solidariedade – entre os seus membros.

Autonomia – são organizações autónomas geridas pelos próprios associados.

Democracia – as decisões são tomadas em assembleias gerais e órgãos de gestão eleitos.

Complementaridade – os serviços prestados complementam os da Segurança Social.

Proximidade – as mutualidades estão próximas dos associados oferecendo atendimento diferenciado.

Desafios e dificuldades do Montepio

Envelhecimento da população impacta diretamente nos custos da previdência.

Alterações legislativas obrigam

a uma adaptação constante da instituição.

A crescente oferta de produtos e serviços financeiros no mercado torna a concorrência mais acicatada.

Manutenção do património imobiliário exige investimentos significativos.

Necessidade de acompanhamento tecnológico.

Busca por fontes de receita alternativas e otimização de recursos para a sustentabilidade.

Serão fundamentais a implementação de novas tecnologias e a criação de serviços inovadores.

Foco nos associados e oferta de serviços personalizados e diferenciados.

Parcerias estratégicas com outras instituições para gerar sinergias e ampliar a oferta de serviços.

Modernização da governança corporativa e transparência nas decisões e desburocratização de processos para consolidar a credibilidade.

Este modelo de associações desempenha um papel crucial na proteção social dos seus membros.

A criação do Montepio da PSP de Lisboa reflete a preocupação crescente e contínua com o bem-estar dos seus membros. Tem sido um pilar de apoio para a comunidade policial e suas famílias honrando assim a sua história quase centenária.

Martinho Massa

Vice Presidente

da Mesa da Assembleia Geral

Memórias do filho de um Polícia

EM fevereiro de 2018 fui pessoalmente à Av. Almirante Reis informar o Montepio da PSP de Lisboa que a minha mãe, viúva do Guarda Principal Francisco Gonçalves Lages, tinha falecido. O meu pai tinha-a alertado que os descontos feitos para o Montepio durante o tempo de serviço seriam uma pequena ajuda no caso de ele «partir» primeiro, como de facto veio a acontecer em março de 2004.

Francisco Gonçalves Lages alistou-se na Polícia de Segurança Pública no dia 2 de setembro de 1957 com 24 anos. Foi colocado no extinto posto da estrada de Chelas e como recorda nas páginas no seu diário pessoal... «fiquei com o número 1786/112623 e comecei a ganhar 848 escudos.»

A 1 de janeiro de 1974 foi transferido para a equipa do destacamento da CP onde permaneceu até à aposentação. «Em Julho de 1974 fomos aumentados de 3400 escudos para 4700», esclarecendo ainda que «em Maio de 1977 os gratificados passaram de 120 para 240 escudos de dia e 360 de noite».

As memórias desse tempo da minha infância lembram-me que ia a Palhavã ao «médico da Polícia», a Santa Marta cortar o cabelo ao barbeiro que ficava logo à entrada e onde me deliciava a ver as motas e os volkswagens estacionados num pequeno largo interior e ao supermercado com entrada pela Rua Camilo Castelo Branco.

Era um mundo mágico onde observava e admirava o rigor e as formalidades dos polícias.

Da minha infância e juventude guardei, também, a emoção das semanas de praia em que apanhava na Praça Paiva Couceiro o autocarro da Polícia que saía da Penha de França e nos levava até à Praia da Rainha na Costa da Caparica.

Mas, voltando ao Montepio, o meu primeiro contacto com a Associação foi quando levei a minha mãe às instalações (que recordo muito deterioradas) na esquadra do Martim Moniz. Todos os anos era necessário fazer «prova de vida» e assim conheci também as novas instalações da Almirante Reis. Apesar da idade e de ter perdido



Cartão dos Serviços Sociais emitido a 22 de Setembro de 1960



Bilhete de Identidade Vitalício

a visão, a minha mãe fazia questão de se arranjar (ia ao cabeleireiro e comprava roupa nova) porque «não queria fazer má figura perante os colegas do marido».

A farda do meu pai estava guardada num armário na casa de família da sua aldeia natal, Ruivós, no concelho do Sabugal. A pedido do CADI-EM vai agora ser doada para o futuro Museu com um sentimento de emoção, gratidão e reconhecimento (meu e do meu irmão) pelo percurso do «Lages» que mereceu um louvor público da Direção da Polícia aquando da sua aposentação.

José Carlos Lages

Filho de Francisco Gonçalves Lages (Guarda Principal)

Celebrar o primeiro centenário do Montepio

PODER contribuir para a celebração da longa e brilhante história do Montepio é, por si só, um motivo de elevado orgulho e um enorme privilégio.

Os nossos associados são a razão da nossa existência e continuidade, bem como o principal motivo pelo qual, ao longo destes 98 anos de história, centenas de dirigentes, com a colaboração de dezenas de funcionários e colaboradores, procuram, numa postura de elevado sentido de responsabilidade, altruísmo, dever cívico e democrático, dar continuidade a um projeto cuja dimensão social e importância na vida de milhares de polícias e suas famílias continuam a fazer toda a diferença.

A melhor forma de homenagearmos a nossa história, o mentor do Montepio, Comandante Ferreira do Amaral, o presidente da 1.ª direção, Comissário Lino de Oliveira, e todos quantos, ao longo deste caminho, fizeram parte deste projeto, é promover e reforçar o papel dos nossos associados, bem como os valores e princí-

pios que estão subjacentes ao conceito de ser sócio do Montepio, dirigente, funcionário e colaborador. Em suma, promover uma participação responsável de todos na condução dos destinos do Montepio, assegurando que tudo fazemos não só para honrar este longo e brilhante passado de pessoas, como também – e não menos importante – para garantir que o Montepio prossiga o seu caminho, com reforçada robustez, e capacidade para resolver as suas necessidades e enfrentar os seus desafios, rumo ao seu segundo centenário (2027-2127).

As celebrações do centenário do Montepio tiveram início no dia 31 de outubro de 2023, com a inauguração do Auditório Comandante Ferreira do Amaral, por Sua Excelência o então Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Barros Correia.

Neste evento, editámos e promovemos o lançamento de um livro sobre o fundador do Montepio: Comandante João Maria Ferreira do Amaral - O Homem, o Militar e o seu Legado, bem como uma exposição sobre a

história do Montepio. Esta exposição e a exposição da Polícia iniciaram, recentemente, uma itinerância por todos os comandos e unidades da Polícia, promovendo assim a dimensão histórica, o valor e a cultura destas duas instituições seculares.

Esta efeméride e todas as iniciativas que temos vindo a realizar, no sentido de fortalecer o papel determinante do Montepio na sociedade, ao longo deste período, pretendem demonstrar o nosso respeito, reconhecimento e o engrandecimento pelo importante e determinante papel dos nossos colegas, que tudo fizeram para que aqui pudéssemos chegar, permitindo-nos, assim, ter a honra e o privilégio de dar continuidade à sua obra.

O talento, a determinação e a coragem dos colegas que nos antecederam constituem a génese da celebração do nosso centenário. O processo de mudança em curso no Montepio, no sentido de criar um modelo de gestão profissional, mais preparado para responder às nossas necessidades e desafios, é um tributo ao trabalho de cada um. É neste sentido que todos os membros dos órgãos sociais do Montepio – Direção, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral –, imbuídos de um elevado sentido de responsabilidade, altruísmo e determinação, tudo fazem para que, em cada dia, se confirme que os nossos antecessores estavam claramente do lado certo da história.

A década celebrativa do primeiro centenário do Montepio é fortemente marcada por um processo de mudança e transformação tão necessário como inevitável, face aos desafios que nos são impostos e às respostas que exigem de cada um de nós



**O talento,
a determinação
e a coragem dos colegas
que nos antecederam,
constituem a génese
da celebração
do nosso centenário**

medidas adotadas pretende, assim, demonstrar, de uma forma muito prática e realista, que a nossa longa e promissora história tem de continuar a promover e a valorizar o melhor que temos como pessoas, em prol dos nossos associados, reforçando o lema: «de associados para associados».

São exemplo desta dinâmica social todo o trabalho de uma equipa de dirigentes, funcionários e colaboradores de excelência onde destacamos:

1. A ampliação e reestruturação da sede. Em 2019, iniciámos obras muito importantes para ampliar a sede e criar espaços de trabalho com todas as condições necessárias para responder às nossas necessidades e desafios com eficiência. Esta visão associa outras variáveis como a valorização do trabalho enquanto investimento decisivo para a nossa sustentabilidade e desenvolvimento. Inclui ainda as componentes de requalificação dos nossos recursos humanos, da sua valorização, formação e plena integração na história, nos valores e princípios do Montepio.

O objetivo estratégico deste plano de ação, no que respeita 

Cada um de nós tem perfeita noção dessa postura vanguardista e dos seus efeitos numa ação social que continuaremos a valorizar e a reforçar, dando assim a devida e justa dimensão à sua visão e à obra que fizeram.

A última década do 1.º centenário do Montepio, 2017-2027, está a ser fortemente marcada por um processo de mudança que continuará a orgulhar todos quantos continuarão a fazer parte deste projeto social. Um Montepio como oportunidade, como política de inclusão, de progresso e sustentabilidade, para fortalecer a fixação dos agregados familia-

res, promovendo a realização de projetos de vida, a estabilidade, a qualidade de vida e o bem-estar social, contribuindo para a felicidade dos polícias, com tudo o que isso tem de determinante para a nossa segurança e para o nosso desenvolvimento.

A década celebrativa do 1.º centenário do Montepio é, como referido, fortemente marcada por um processo de mudança e transformação tão necessário como inevitável, face aos desafios que nos são impostos e às respostas que cada um de nós tem de dar.

O leque de iniciativas tomadas, de eventos realizados e de

1. aos recursos humanos, visa criar as condições para tornar o Montepio uma instituição de referência.

2. Os trabalhos em curso, em torno do nosso estatuto, com o objetivo de o adequar à nossa realidade, em linha com o Código das Associações Mutualistas, para podermos criar e consolidar um modelo de gestão, consentâneo com a natureza da nossa ação social, é uma prioridade da nossa ação.

3. A criação de regulamentos para o nosso arrendamento habitacional e comercial, dando assim total transparência à nossa política de habitação, é hoje uma referência junto de outros parceiros associativos, pelo seu exemplo de justiça, clareza, inclusão e valorização da participação cívica.

4. A criação, em 2023, do CADI-EM – Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória do Montepio, com o objetivo de tratar todo o acervo documental do Montepio, valorizar a sua história e assegurar o seu presente e futuro em termos de memória. Esta iniciativa representa a mais nobre e sublime homenagem que podemos prestar à história do Montepio.

5. As mudanças estruturantes na tesouraria do Montepio, incluindo o reforço de funcionários altamente qualificados, visam assegurar total segurança e transparência em todos os atos financeiros e bancários do Montepio, sob supervisão constante da direção constituindo um sinal de política de transparência e rigor assinalável.

6. A criação de assessorias técnicas nas áreas jurídica, contabilidade, informática, engenharia e arquitetura visam assegurar que as decisões tomadas são sustentadas no conhecimento e nas melhores práticas.

7. O enquadramento mais institucional e operacional do funcionamento dos órgãos do Montepio e dos seus membros, permitindo uma partilha constante de informação e delegação de poderes. Este esforço tem como objetivo, entre outros, criar condições para formar quadros que garantam a continuidade do Montepio com acrescida robustez e sustentabilidade.

8. A implementação de procedimentos e regras de funcionamento em todos os domínios da nossa atividade é de extrema importância para assegurar equidade, clareza, transparência e rigor em cada um destes domínios de atividade.

9. A importância estratégica da criação de uma política de comunicação e proximidade de que destacamos:

Assinatura presencial de contratos de arrendamento para todas as áreas;

Criação do *website* do Montepio;

Criação da primeira Revista do Montepio como órgão oficial de informação;

Realização dos 1.º e 2.º Encontros de Polícias Escritores;

Criação do Livro de Honra do Comandante Ferreira do Amaral;

Convite a entidades e individualidades para visitar o Montepio;

Criação da Biblioteca Comissário Lino de Oliveira, primeiro presidente do Montepio.

10. A aquisição de ferramentas informáticas e programas de software avançados de gestão, para otimizar os serviços.

11. A ampliação da oferta do Montepio, de forma sustentável, em diversos domínios, não só na ação social, mas também noutras valências, como a saúde, a habitação e a mobilidade.

12. A melhoria e valorização dos recursos humanos, através da criação de uma carreira, avaliação de desempenho e formação contínua, apostando nas pessoas e no reconhecimento do seu trabalho.

13. A implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), para reforçar a nossa política de transparência para com todos os atos do Montepio, no respeito pelas pessoas e pela segurança da instituição, é outro passo incontornável do nosso processo de mudança.

14. A criação das condições para que o Montepio, pós 2027, possa iniciar os seus trabalhos conducentes à criação da Fundação do Montepio. Um Montepio a caminho do seu 2.º centenário, com uma longa e brilhante história, digna de ser preservada e valorizada, para que todos quantos nos sucederem possam ter as melhores condições para conhecer o nosso caminho e, assim, prosseguir com mais segurança.

15. A realização dos censos do Montepio, como forma de caracterizar a sua população e definir políticas de promoção da nossa oferta social aos associados.

Álvaro Marçal

Presidente da Direção

Celebrar os 100 anos do associado Tomé Lopes

A convite da família do nosso associado Tomé Lopes, estiveram presentes, em representação do Montepio, o presidente da Direção, Álvaro Marçal, e a coordenadora do CADI-EM, Tânia Vilhena, na celebração do seu 100.º aniversário, no dia 5 de julho de 2024, no Lar São Vicente, em Alcabideche, Cascais.

Este dia foi vivido com grande emoção, alegria, gratidão e amor. O aniversariante, visivelmente feliz, esteve rodeado por pessoas que o estimam e que partilharam um momento que, certamente, ficará na memória de todos.

Em outubro do mesmo ano, o agente Tomé Lopes, sócio n.º 8095, inscrito no Montepio desde 6 de agosto de 1947, teve a gentileza de endereçar à nossa Instituição uma carta redigida por si, na qual traça, de forma muito sentida, o seu percurso de vida pessoal e profissional.

Destacamos os principais marcos da carreira:

- Entrada na Escola Prática de Cavalaria, em 1945;
- Após o cumprimento do serviço militar obrigatório, ingressa na Polícia de Segurança Pública (PSP), sendo colocado na 27.ª Esquadra em Pedrouços;
- Três anos depois, a seu pedido, é transferido para a PSP da Administração Geral do Porto de Lisboa, sendo colocado na Esquadra do Jardim de Santa Apolónia;
- Após concluir os estudos, é colocado no Comando de Setúbal, inicialmente na esquadra do Penedo e, posteriormente, na esquadra da Avenida Luísa Todi;
- Solicita transferência para Lisboa, cidade onde a sua esposa exercia funções como porteira, sendo colocado na 23.ª Esquadra na Estrela;
- Em 1961/62 frequenta o Curso de Chefes, com aulas na Esquadra de Santa Marta. Após a sua conclusão, é colocado novamente em Setúbal e, mais tarde, em Almada;
- De regresso à margem norte, assume a chefia da Messe da Esquadra de Alcântara e lidera uma equipa de 50 homens e cinco mulheres na Secção de Criminologia. O trabalho desenvolvido nesta área revelou-se de tal forma eficaz que le-



Tomé Lopes, ao centro, com o seu filho à esquerda e as suas duas netas, à direita

vou o Ministro do Interior a autorizar a criação de Secções de Crimes em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas;

– Recusa a chefia da Mitra, em Marvila, junto ao Poço do Bispo;

– Na qualidade de fiscal de 1.ª classe, integra o Grupo de Fiscalização da extinta Secção de Farmacologia (dissolvida após o 25 de Abril de 1974), com sede na Calçada do Carmo, onde permanece durante sete anos;

– Após apresentação no Comando da PSP de Lisboa, é colocado nos Serviços Sociais, onde encerra com dignidade e dedicação a sua carreira profissional.

O agente Tomé Lopes deixou, ainda, uma mensagem de felicitações a todas as famílias de polícias, encerrando a carta com a seguinte quadra:

*O meu abraço fraternal,
É extensivo a todos os agentes policiais
O vosso salário é exíguo,
Para quem desempenha funções excepcionais*

Foi com enorme satisfação que o Montepio parabenizou o seu associado, prestando homenagem ao homem e ao polícia que serviu com grande dignidade o seu país.

Cristina Lopes (CADI-EM)

Auditório Comandante Ferreira do Amaral

Foi num ambiente de grande emoção que no dia 31 de outubro de 2024 o Montepio da PSP de Lisboa inaugurou o Auditório Comandante Ferreira do Amaral, localizado nas instalações da sua sede, na Avenida Almirante Reis, em Lisboa.

Perante uma sala composta por oficiais, chefes, agentes e atuais membros dos órgãos sociais do Montepio, assim como por ilustres personalidades ligadas à polícia e à cidade, nomeadamente o diretor nacional da Polícia de Segurança Pública, a presidente da Junta de Freguesia de Arroios, o diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o secretário-geral dos Serviços So-

ciais da PSP, a diretora do Museu da PSP e o maestro da Banda Sinfónica da PSP. O auditório contou ainda com a presença de familiares do homenageado comandante João Maria Ferreira do Amaral, fundador, em 1927, do Montepio da PSP de Lisboa.

Ao abrir a cerimónia, o superintendente da PSP Luís Moreira, presidente da Assembleia Geral do Montepio da PSP de Lisboa, destacou o papel do comandante Ferreira do Amaral na história da instituição, «*cuja memória e legado são importantíssimos*», relembrando todos aqueles que passaram por funções de todos os órgãos sociais do Montepio.

Álvaro Marçal, presidente da Direção do Montepio, ofereceu à neta do comandante ali pre-

sente, Maria Manuela Ferreira do Amaral Fonseca, o livro que o Montepio editou propositadamente para este momento sobre a vida e obra do seu avô, assim como uma aguarela do rosto do comandante. Um gesto formalmente concretizado pelas mãos do diretor nacional da PSP, pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e pela autora do quadro, arquiteta Filipa Oliveira Antunes. «*Ilustres familiares do comandante Ferreira do Amaral, é de um simbolismo incrível a vossa presença neste evento, cuja gratidão temos o dever de manifestar*», frisou Álvaro Marçal.

A preocupação com o bem-estar dos outros e a procura de soluções para os que precisam de



1 – O Presidente da Direção Álvaro Marçal, dr. Augusto Ferreira do Amaral e o Superintendente-Chefe José Barros Correia

2 – Oferta de um ramo de flores a Teresa Ferreira do Amaral da Fonseca pelo Superintendente Luís Moreira.

3 – Álvaro Marçal, Augusto Ferreira do Amaral (sobrinho-neto), Teresa Ferreira do Amaral da Fonseca (neta), Jean-François Marie Curé (neto) e João Coelho (sobrinho-neto)



António Rodrigues (suplente), Elson Sereno (tesoureiro), Pedro Pousadas (vogal), Manuel Ribeiro (secretário), Álvaro Marçal (presidente), Bruno Clemente (vogal), Hermínio Costa (secretário), Iúri Rodrigues (vogal do Conselho Fiscal) e Pedro Clemente (presidente do Conselho Fiscal)

ajuda foram os conceitos-chave partilhados pelo diretor nacional da PSP, superintendente-chefe José Augusto Barros Correia, na sua intervenção: «É esta dimensão social que o Montepio abraça. E é esta também a dimensão da família policial. Estamos a falar de instituições que ajudam a fazer o caminho daqueles e daquelas que, naturalmente, por este ou aquele motivo, precisam de ajuda», defendeu.

Augusto Ferreira do Amaral manifestou-se bastante sensibilizado com a inauguração do auditório que recebeu o nome do seu tio-avô, aproveitou para destacar o valor do familiar enquanto militar e polícia e partilhou alguns episódios que conheceu de relatos do seu pai.

No final foi descerrada a placa do Auditório pelo superintendente José Barros Correia, diretor nacional da PSP, Álvaro Marçal, presidente da Direção

e Augusto Ferreira do Amaral, em representação da família.

Seguiu-se uma visita às instalações da sede, alvo de recentes obras de requalificação no pátio exterior, tendo-se ainda aplicado à entrada uma inscrição com menção aos 100 anos que a instituição assinala em 2027. Na Sala de Reuniões, uma das paredes foi decorada com as fotografias de todos os presidentes do Montepio da PSP, resultado de um trabalho de pesquisa e recolha de imagens de todos os responsáveis que lideraram a Direção deste organismo desde a sua fundação, devidamente identificados e com os respetivos períodos de presidência. Uma forma de perpetuar todos os que contribuíram para este caminho de apoio social.

A visita à exposição possibilitou a partilha de memórias servindo de enquadramento ao livro «Comandante João Maria

Ferreira do Amaral: O Homem, o Militar e o seu Legado», uma obra pensada e elaborada para este evento e que foi oferecida a todos os presentes.

Tendo como principal objetivo dar a conhecer quem foi João Maria Ferreira do Amaral, o livro resultou de um trabalho de pesquisa feito ao longo de três meses, e que eterniza nas suas 80 páginas o seu lado mais pessoal, ligado às suas raízes e vivências familiares, o seu valiosíssimo percurso militar e os seus feitos enquanto comandante da então Polícia Cívica de Lisboa, revelando a sua esfera mais visionária e humanista espelhada na ideia da criação do Montepio da PSP de Lisboa.

O livro destaca ainda todas as condecorações e louvores que recebeu em vida, assim como homenagens que lhe têm sido feitas após a sua morte.

Ana Gomes Oliveira

CADI-EM – memória que projeta o futuro



EM 2023, nasceu no seio do Montepio da PSP de Lisboa um projeto com um propósito claro: preservar a memória, valorizar a história e reforçar a identidade institucional. Assim surgiu o Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória (CADI-EM), uma estrutura que, mais do que guardar documentos, dinamiza a cultura organizacional e aproxima a instituição dos seus associados.

A criação do CADI-EM coincidiu com o arranque das preparações para as comemorações do centenário do Montepio em 2027. A atividade do Centro tem incidido em iniciativas simbólicas e significativas, como a inauguração do Auditório Comandante Ferreira do Amaral, os dois Encontros de Polícias Escritores ou a presença institucional no aniversário de um associado que celebrou 100 anos. Momentos que refletem a nova cultura de comunicação e proximidade, onde o passado é celebrado como alicerce do futuro.

Sob a alçada direta da Direção do Montepio, o CADI-EM afirma-se como verdadeiro mo-

tor de mudança. A sua intervenção é multifacetada: organiza o arquivo corrente, apoia os processos de reestruturação interna e estatutária, assegura a proteção de dados e promove a difusão de informação. Esta atuação transversal contribui para uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada com os desafios contemporâneos.

O arquivo histórico do Montepio é tratado segundo as normas nacionais e internacionais – nomeadamente as OA (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) e a ISAD(G) (Conselho Internacional de Arquivos). A documentação revela uma história rica e diversificada: desde 1922, o Montepio geriu uma sapataria, uma mercearia, uma cantina, serviços de saúde, um supermercado, uma farmácia, uma tipografia e uma barbearia. Esta última continua em funcionamento na sede do COMETLIS e está prevista a sua reabertura simbólica na Parada Comandante Ferreira do Amaral, em articulação com o Museu da Polícia (MUP), reforçando a ligação cultural entre a PSP e o Montepio.

A génese do Montepio da PSP remonta à I Guerra Mundial, com a criação de um fundo de apoio às famílias dos polícias que não regressaram ou voltaram incapacitados. Este apoio estendia-se às viúvas e filhos até à maioridade ou aos 25 anos, no caso de estudantes. Desde então, a missão social do Mon-

tepio tem-se alargado com aquisição de património imobiliário para mitigar as dificuldades habitacionais dos associados, preocupação que continua atual.

O trabalho do CADI-EM assenta em quatro grandes eixos:

Organizar e preservar o acervo documental, garantindo a conservação e acessibilidade;

Apoiar a tomada de decisão, assegurando informação fiável e disponível;

Promover a eficiência administrativa, contribuindo para uma gestão mais estruturada;

Divulgar o património documental, através de publicações, exposições, conferências e outras iniciativas culturais.

O CADI-EM representa uma iniciativa pioneira e transformadora. Mais do que um repositório documental, é um espaço de valorização da identidade, de promoção da cultura institucional e de reforço da ligação entre passado, presente e futuro. Ao preparar o centenário do Montepio, o CADI-EM afirma-se como um agente ativo na construção de uma memória viva, acessível e ao serviço dos associados e da comunidade policial. A sua missão, enraizada em valores humanitários com práticas modernas de gestão documental, projeta o Montepio como instituição que honra a sua história enquanto se adapta aos desafios do século XXI.

Tânia Vilhena

Coordenadora do CADI-EM

Biblioteca Lino d'Oliveira – espaço cultural



NO último trimestre de 2024, o Montepio abraçou um novo projeto: a criação de uma biblioteca, com o objetivo primordial de oferecer aos associados, pensionistas e descendentes um espaço de acesso e difusão de informação e cultura.

A Biblioteca do Montepio constituir-se-á como espaço de cultura e de lazer, procurando inculcar valores de sensibilidade social, cultural e artística; o da preservação da memória institucional e a disponibilização do seu acervo patrimonial, bibliográfico e documental.

Com o objetivo de homenagear o primeiro associado e presidente da Direção do Montepio, a biblioteca designar-se-á Biblioteca Lino d'Oliveira, Comissário Adjunto da PSP, natural da freguesia de Castelões, concelho de Macieira de Cambra. O Comissário Lino d'Oliveira manteve-se nas funções desde a fundação do Montepio até 1939. Associado do Montepio desde 20 de janeiro de 1928, aposentou-se a 25 de novembro de 1942, legando na sua mulher, Cenira Monteiro de Oliveira, a pensão após a sua morte, de acordo com o previsto no arti-

go 9.º, capítulo III dos Estatutos do Montepio.

A Biblioteca Lino d'Oliveira tornar-se-á uma extensão do Centro de Convívio do Montepio, permitindo a todos os associados e pensionistas a consulta do espólio bibliográfico em livre acesso e através do empréstimo domiciliário, apoiado na consulta do catálogo disponível online.

A biblioteca procurará atuar em duas vertentes: uma, de caráter generalista que permitirá a consulta de publicações relativas aos diferentes domínios do conhecimento e do saber, como as áreas da História, da Política, do Direito e da Literatura; outra, de caráter especializado, nas áreas do Mutualismo e Assistência, da Economia Social, Ciência Política, Estudos de Segurança, Ciências Policiais e Relações Internacionais.

No espaço dedicado ao lazer os associados poderão consultar os jornais da atualidade e as revistas de maior interesse. Existe a intenção de criar uma sala para o estudo e investigação oferecendo de uma forma mais cuidada e personalizada, um espaço de consulta, estudo e leitura para os investigadores que se debruçam sobre as temáticas ligadas ao associativismo, mutualismo, cooperativismo, bem como às ciências policiais.

Neste momento, está em preparação o regulamento da biblioteca, documento que servirá para estabelecer as condições de acesso aos serviços e às

coleções, bem como a utilização dos equipamentos e dos espaços físicos.

A par da escolha criteriosa das espécies bibliográficas e da sua aquisição, está em curso a instalação do programa informático Koha (código aberto) para a gestão integrada de serviços na área das bibliotecas e que será essencial para as tarefas de catalogação e indexação das espécies bibliográficas adquiridas, ofertadas e doadas que constituirão o acervo.

A par destas tarefas, têm decorrido as ações necessárias para a conceção, estudo e equipamento do espaço físico onde funcionará a Biblioteca do Montepio.

Outro dos objetivos será a promoção de atividades que envolvam os associados, nomeadamente o lançamento das suas publicações e na utilização do espaço da biblioteca para a realização de exposições de arte.

A participação de todos os associados com novas ideias e sugestões é um contributo essencial para a dinamização da futura Biblioteca, que é de e para todos os associados!

O Montepio convida todos os associados a enviarem-nos sugestões para a aquisição de livros, temas do seu interesse ou mesmo propostas para a doação de livros através do endereço eletrónico: **cadi-em@montepiopsp.pt**

Cristina Lopes
CADI-EM

Encontros de polícias escritores no Montepio

NO âmbito das comemorações do Primeiro Centenário do Montepio da PSP de Lisboa (1927–2027), o Montepio tem vindo a promover iniciativas culturais que valorizam a identidade, o património e a expressão artística dos seus associados. Entre estas, destacam-se os Encontros de Polícias Escritores, eventos que celebram a escrita como forma de expressão pessoal e profissional dos elementos da Polícia de Segurança Pública.

O I Encontro de Polícias Escritores, realizado a 4 de julho de 2024, teve lugar nas instalações do Montepio da PSP de Lisboa e marcou o início de uma nova dinâmica cultural. Este momento contou com a presença de vários autores da PSP: o Comissário Carlos Anes Fernandes com «He-

róis Imperfeitos», a Agente Principal Lucília Ribeiro com «Leveza das Palavras», o Subintendente Bruno Pereira com «Fragmentos da Madrugada», o Dr. Manuel João com «Filhos da Nação Rural» e o Chefe Miguel Rodrigues com «Os Polícias Não Choram». A presença do Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Luís Carrilho, foi motivo de grande honra e reconhecimento da importância desta iniciativa.

O Montepio reforçou o seu compromisso com a cultura e o conhecimento ao doar ao centro de documentação e informação do ISCPSP um conjunto de publicações sobre mutualismo e economia social, contribuindo para o enriquecimento da biblioteca e para a formação dos futuros polícias.

O encontro contou ainda com a presença de distintas personalidades, entre elas a Intendente Sofia Gordinho, em representação do Comandante do Comando de Lisboa, o Tenente-Coronel Joaquim Chito, presidente da Liga dos Combatentes, e os descendentes do fundador Ferreira do Amaral, Dr. João Coelho e Augusto Ferreira do Amaral, entre outros ilustres convidados.

Dando continuidade a esta iniciativa, o II Encontro de Polícias Escritores teve lugar a 15 de maio de 2025, no auditório Comandante Ferreira do Amaral. Organizado pelo Centro de Arquivo, Documentação, Informação – Espaço Memória (CADI-EM), este evento voltou a reunir um painel



O presidente do Montepio, Álvaro Marçal, com os polícias escritores Lucília Ribeiro e Carlos Anes Fernandes



O presidente do Montepio, Álvaro Marçal, com os polícias escritores Dr. Manuel João e Miguel Rodrigues



O presidente do Montepio, Álvaro Marçal e o Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Luís Carrilho rodeados por polícias escritores



Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Joaquim Chito; os polícias escritores Pedro França, João Afonso, o Presidente da Direção, Álvaro Marçal, o Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Luís Carrilho, os escritores João Dórdio, Ezequiel Rodrigues e o secretário da Direção, Rui Andrade

de cinco autores da PSP: o Superintendente-Chefe Pedro Clemente com o tema «*Cidadania, Polícia e Segurança*», o Subintendente João Afonso com «*Quinas e o Segredo de Ninkasi*», o Agente Principal João Dórdio com «*O Suspiro de Odin*», o Intendente Ezequiel Rodrigues com «*Ódios de Fronteiras*» e o Agente Principal Miguel França com «*Entre o Estoicismo e a Liberdade: Reflexões de um Polícia-Escritor*».

A sessão foi moderada pela coordenadora do CADI-EM e contou com intervenções do Presidente da Direção do Montepio, Chefe Coordenador Álvaro da Silva Marçal, e do Vogal da Direção, Intendente Tiago Gonçalves. O evento iniciou com um momento especial: a declamação do poema «*Mar Português*», de Fernando Pessoa, pelo Mestre Francisco Shen.

Mais uma vez, a presença do Diretor Nacional, Superintendente-Chefe Luís Carrilho, do Comandante do COMETLIS, Superintendente-Chefe Luís Elias, e do Presidente da Assembleia Geral do Montepio, Superintendente Pedro Sousa, reforçou o reconhecimento institucional da importância da cultura e da expressão artística no seio da PSP.

Estes encontros têm como principal objetivo



Convidados institucionais: Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Joaquim Chito; presidente do Montepio, Álvaro Marçal; Comandante do COMETLIS, Superintendente-Chefe Luís Elias e o 2.º Comandante do COMETLIS, Superintendente Pedro Sousa

abrir espaço à vida cultural da Polícia e da sociedade, revelando talentos que, para além do exercício da sua profissão, contribuem para o enriquecimento literário e artístico coletivo. O Montepio da PSP de Lisboa reafirma, assim, o seu compromisso em continuar a promover eventos que aproximem os seus associados e associadas, valorizando a arte e a cultura como pilares da identidade policial.

Tânia Vilhena

Coordenadora do CADI-EM

Itinerância das Exposições

O Montepio da PSP de Lisboa e o Museu da Polícia (MUP) estreitaram laços e deram frutos. No início do ano de 2025 encetaram juntos uma caminhada com a itinerância das suas Exposições. As duas exposições andam lado a lado na celebração dos aniversários dos Comandos Metropolitanos, Distritais e Unidades da Polícia de Segurança Pública, com o objetivo de homenagear a nobreza dos homens e das mulheres que serviram, servem e servirão o nosso país.

Na Exposição sobre a vida e a obra do Comandante Ferreira

do Amaral (1876-1931), fundador do Montepio da PSP de Lisboa, em 1927, pode-se visitar a sua história através dos 8 painéis com fotografias e informação relevante sobre a vida do Comandante e o legado que nos deixou enquanto Homem, Militar e Polícia. Esta mostra visual e documental é acompanhada pelo «Livro de Honra Comandante Ferreira do Amaral», onde os visitantes são convidados a deixar as suas opiniões e sugestões.

A Exposição do MUP faz alusão à história da Polícia, desde as suas origens até à atualidade,

documentando de uma forma muito interessante a evolução da Polícia em Portugal, desde a criação da Polícia Civil (1867) e da Polícia Cívica (1910), passando pelo retrato da polícia durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, as polícias nas colónias e durante a Guerra Colonial, e revisitando o papel da corporação e da PSP na consolidação da Democracia.

Espera-se que a itinerância destas duas exposições possa prolongar-se por mais anos, estreitando-se cada vez mais as parcerias entre as duas instituições.



Visita ao Comando Distrital de Santarém no 149.º Aniversário (17 de maio de 1876) Vogal da Direção do Montepio, Tiago Gonçalves, Diretor Nacional, Superintendente-chefe Luís Carrilho, ex-Ministra do Ministério da Administração Interna, Dra. Margarida Blasco, Comandante do Comando Distrital da PSP de Santarém, Superintendente Luís Serafim



138.º Aniversário do Comando Distrital de Aveiro (01 de março de 1887)



149.º Aniversário do Comando Distrital de Bragança (04 de março de 1876)

Exposição de pintura de Inês Menicha

Nós apenas conhecemos a verdadeira essência de uma instituição quando, de facto, fazemos parte dela. Até lá, acreditamos naquilo que ouvimos e no pouco que vemos, de forma superficial.

O Montepio da PSP é um destes exemplos. Antes de fazer parte desta grandiosa instituição, tinha uma ideia vaga e limitada de tudo aquilo que está por trás desse organismo, do qual me orgulho de agora fazer parte.

Desde o início, fui calorosamente recebida e acolhida por todos os elementos da instituição. Sem dúvida, essas maravilhosas pessoas fazem jus ao nome da organização, tanto pelo

trabalho e empenho que dedicam diariamente, quanto pela união, colaboração e boa disposição, que são sempre evidentes.

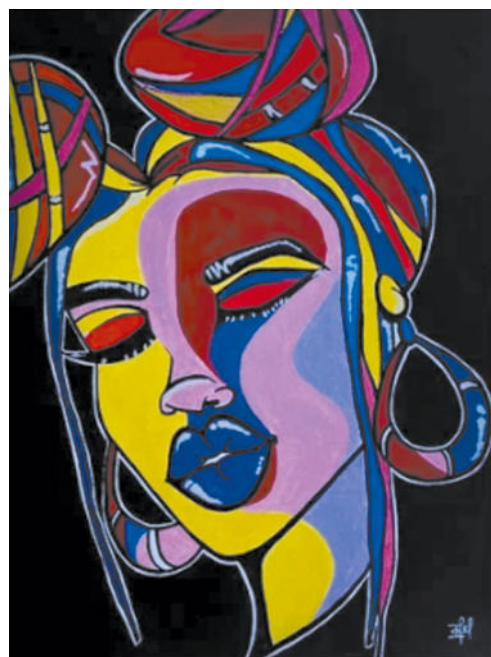
Através do Montepio, tive a grande oportunidade de fazer a minha primeira exposição de pintura, experiência que me fez ver as minhas obras sob outra perspectiva e valorizar o meu trabalho. Ver que as pessoas apreciam a minha arte deu-me força e querer investir ainda mais na minha paixão.

Esta experiência tem sido, sem dúvida, um marco importante na minha vida e uma fonte de grande enriquecimento a nível profissional e pessoal.

Muito obrigada ao Montepio da PSP por toda a experiência que me proporcionou, por me permitir expor e transpor um pouco de mim, um pouco da minha essência.

Inês Menicha

Secretária da Assembleia Geral



Celebrar o Dia Internacional da Mulher



Dia da Mulher assinalado no Montepio da PSP

O Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, não deixou de ser assinalado no Montepio da PSP de Lisboa.

Todos os anos, este dia é celebrado com grande sentimento, respeito e admiração por todas as mulheres que trabalham diariamente na instituição e que dão o seu melhor para que a mesma seja elevada a uma dimensão de humanidade, solidariedade e eficiência social.

Na ocasião foi oferecida a cada uma das presentes uma cesta com produtos de bem-estar, com a qual se pretendeu agradecer o esforço e a dedicação das mulheres que fazem parte da família Montepio!

Inauguração do projeto de coabitação

No dia 16 de abril de 2025 foi inaugurada uma nova resposta de apoio habitacional aos associados do Montepio da PSP.

O projeto de coabitação em pleno coração de Lisboa, na Avenida Almirante Reis, 62, distingue-se pela disponibilização de um espaço T0 para usufruto, totalmente equipado, que permite ao seu ocupante a imediata utilização.

A inauguração do espaço foi aberta aos associados que manifestaram interesse e curiosidade sobre a nova resposta no âmbito de uma visita ao apartamento, conduzida pelo Presidente da Direção, Álvaro Marçal, acompanhado por membros da Direção, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral.

Após a visita ao espaço foi servido um pequeno-almoço aos associados presentes no espaço do centro de convívio.

A Direção do Montepio agra-

dece a participação dos associados na iniciativa e continuará a trabalhar para oferecer respostas diferenciadas às necessidades manifestadas.



Interior de um T0. Álvaro Marçal, Presidente da Direção, Íuri Rodrigues, Vogal do Conselho Fiscal, Sofia Amorim, Suplente da Assembleia Geral e Rafael Ramos, Secretário da Direção

Montepio da pequenada

O Montepio da PSP de Lisboa realizou, pelo segundo ano consecutivo, entre os dias 2 e 4 de julho de 2025, mais uma edição do Montepio da Pequenada.

A edição deste ano, aberta também aos filhos dos sócios, deu continuidade ao objetivo de

proporcionar às crianças e jovens do Montepio momentos de grande lazer e diversão.

Participaram 12 crianças, com idades compreendidas entre os 4 e os 14 anos, que ao longo de três dias desfrutaram de momentos de grande alegria e

muita animação. Um especial agradecimento à empresa MARS - Animação Infantil e às monitoras Marina e Sofia, que, ao longo destes dias, proporcionaram a estas crianças diversas atividades: dos insufláveis ao trampolim, passando pelos jogos de tabuleiro e cartas, pinturas faciais e a experiência, sempre extraordinária, das brincadeiras na piscina.

No último dia de atividades, todos os participantes receberam uma recordação do Montepio que decerto guardarão como memória destes três dias.

Fazemos votos de que tenham gostado e que esta iniciativa se prolongue por muitos anos e que, ano após ano, chegue a mais crianças e jovens do Montepio da PSP de Lisboa.



Missa de sufrágio

No dia 31 de outubro, teve lugar a celebração da Missa de Sufrágio em memória dos associados falecidos do Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa. A cerimónia decorreu no Auditório Comandante Ferreira do Amaral e foi presidida pelo Padre Luís Miguel Proença Leal, Capelão da Polícia de Segurança Pública de Lisboa.

A eucaristia contou com a presença de pensionistas, familiares, amigos e representantes institucionais, que se reuniram para prestar homenagem à memória dos associados já desaparecidos. Na homilia, o Padre Leal elevou orações pelas almas dos defuntos, pedindo a Deus que os acolhesse na sua misericórdia e lhes concedesse a paz eterna, dirigindo igualmente palavras de conforto e esperança aos familiares presentes.

No início da cerimónia, foi oferecida, a cada familiar, uma flor simbólica, num gesto de solidariedade e reconhecimento por parte do Montepio. Seguiu-se um momento de convívio informal, marcado por um lanche, durante o qual se promoveu a partilha e o espírito de comunidade entre os presentes, num ambiente de proximidade e estima institucional.

A Direção do Montepio da PSP de Lisboa renova, com esta celebração, o seu compromisso de honrar a memória dos que partiram, preservando os valores de solidariedade, respeito e união que norteiam a sua missão.

A todos os familiares, é endereçado o mais sentido agradecimento pela sua presença e confiança contínua.



De Associados Para Associados

100 ANOS
de Ação Social
1927 2027



montepiopsp.pt



geral@montepiopsp.pt



218861067



MUP

MUSEU DA POLÍCIA
POLICE MUSEUM



📷 museu_dapolícia



AJUDE-NOS A ESCREVER A HISTÓRIA DA PSP.

PARTILHE AS SUAS MEMÓRIAS, OBJETOS E DOCUMENTOS!



Rua Capelo, nº 15, Lisboa, Portugal



21 811 1071



museu@psp.pt



POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA